

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CÍNTIA APARECIDA DA SILVA

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:
Análise das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço
Social da Unesp – Câmpus Franca entre 1999 a 2009 e a interface com a
Indústria Calçadista de Franca/SP

Franca
2011

CÍNTIA APARECIDA DA SILVA

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:

Análise das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp – Câmpus Franca entre 1999 a 2009 e a interface com a Indústria Calçadista de Franca/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

**Franca
2011**

Silva, Cíntia Aparecida da
Produção do conhecimento em Serviço Social: análise das
dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social
da Unesp – Câmpus Franca entre 1999 e 2009 e a interface com a
indústria calçadista de Franca/SP / Cíntia Apare-
cida da Silva. –Franca: [s.n.], 2011
99 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Esta-
dual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Helen Barbosa Raiz Engler

1. Serviço Social – Produção do conhecimento. 2. Mundo do
trabalho – Franca/SP. 3. Mentalidades. I. Título CDD –362.85

CÍNTIA APARECIDA DA SILVA

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:

Análise das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp – Câmpus Franca entre 1999 a 2009 e a interface com a Indústria Calçadista de Franca/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade; Linha de pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2011.

A Sebastião Braz da Silva, meu querido e amado pai (in memorian)
A Júlio César da Silva, meu mais que estimado irmão (in memorian)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

À minha família, pelo apoio incondicional, por mais que achassem que continuar mais alguns anos ligada a Franca, talvez não fosse a melhor opção. Mãe, te amo.

Aos meus queridos e terríveis irmãos: Sarinha (que de pequena não tem mais nada), Sílvia e Jefferson, e ao meu primo Lucimar.

À Bianca, pelos momentos de escuta, permitindo assim que meu nível de sanidade ficasse no limite possível do aceitável.

Ao Joelson, pelas discussões, pertinências e impertinências quanto à elaboração do trabalho.

Aos amigos que acompanharam uma boa parte ou todo o percurso deste Mestrado, presenciando os momentos de alegria, angústia, dúvidas e, enfim, as diversas sensações ao longo da elaboração deste trabalho: Fábio, Blanca, Vinícius, Reginaldo (Japa), Sibeli, Clarice, Dani, Andresa, Ana Paula, Simone Kinoshita e ao cunhadinho pentelho Reinaldo. Muito obrigada também a Mari e a Rebeca por sempre me acolherem com muito carinho em sua casa.

À Regina Maria, pela atenção, paciência, carinho e comentários ótimos durante as aulas e eventos. Te adoro.

Ao Renan, meu suporte em Franca, sem você não teria sido possível terminar esta dissertação. Muito Obrigada.

À minha querida orientadora e exemplo de mulher, Helen Engler, muito obrigada pela paciência em momentos de dificuldades, fragilidade, amor e carinho disponibilizados a mim. Sempre serei grata pela sua compreensão.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Mentalidades e Trabalho: do local ao global, desculpem-me pela presença nem sempre tão constante.

A alguns funcionários da Unesp, em especial, mesmo não estando presente como antes, sempre me senti acolhida por vocês: Laurinha, Gigi, Luzinete, Robertão, Mauro.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, muito obrigada pela compreensão e paciência. Levo comigo um carinho especial de cada um de vocês.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de doze meses da pesquisa, através do qual foi possível a minha dedicação integral à pesquisa no período.

O Senhor... Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra montão.

Guimarães Rosa (Primeiras Histórias).

SILVA, Cíntia A. **Produção do conhecimento em Serviço Social**: análise das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp – Câmpus Franca entre 1999 a 2009 e a interface com a Indústria Calçadista de Franca/SP. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

Este trabalho intenciona discutir a produção do conhecimento no único Programa de Pós-graduação em Serviço Social público do estado de São Paulo através do estudo bibliográfico e documental das dissertações produzidas entre 1999 e 2009, da Linha de Pesquisa Mundo do Trabalho, que realizam interface com estudos sobre a indústria calçadista de Franca, por tratar-se de um cenário composto intensificamente de formas antigas de trabalho, como o desenvolvido em âmbito domiciliar, expressões do processo de reestruturação produtiva e precarização das condições de vida, além da predominância de empresas familiares e do perfil empreendedor de diversos atores sociais. Para tanto, utilizou-se como categorias de análise: Mentalidades; Reestruturação Produtiva; Trabalho e Relações de Trabalho. Assim sendo, foram pré-selecionadas doze dissertações através da análise e leitura dos títulos, resumos, palavras-chave, introdução e considerações finais, porém, somente dez contemplaram o objetivo proposto integralmente, que é analisar como se deu a discussão sobre a indústria calçadista e o mundo do trabalho, tendo como enfoque as categorias de análise supracitadas. Realizou-se discussão e interlocução entre os temas propostos através da leitura analítica. Verificou-se que as relações e condições de trabalho em Franca movimentam-se conforme a tendência constante do capital, deteriorando a força produtiva, pois o setor calçadista não apresenta inovações tecnológicas significantes e no trabalho subcontratado os meios de produção são antigos e ultrapassados, além de a indústria apresentar grande dependência de políticas de incentivo governamental. Foi considerado importante que novas pesquisas sejam realizadas na universidade, como propõe Guiraldelli (2006), com o intuito de dar voz e ouvido aos trabalhadores que se encontram imersos nas transformações constantes do mundo do trabalho e que haja maior atuação, realização de pesquisas e intervenção do Serviço Social, seja como profissional técnico, docente ou aluno, reforçando o papel dos assistentes sociais junto a esses sujeitos, objetivando a busca e fortalecimento dos direitos e dando visibilidade para as condições de vida e trabalho dos trabalhadores do calçado com a proposta de luta pela melhoria de suas condições.

Palavras-chave: Produção do conhecimento. Serviço Social. Mundo do trabalho. Franca. Mentalidades.

SILVA, Cíntia A. **Knowledge production in Social Work**: analysis of dissertations defended at the graduate Program in Social Work from Unesp - Franca. 2011. 99 p. Dissertation (Master's Degree in Social Work) – College of Humanities and Social Sciences, State University of São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

ABSTRACT

This paper intends to discuss the production of knowledge in one of the Graduate Program in Social Work from the public through state of the bibliographical and documentary study of dissertations produced between 1999 and 2009 of the Research Line World of Work that interface with research on industry footwear from Franca, because it is composed of a scenario of intensifying ancient forms of work such as that developed in the home environment, expressions of the restructuring process and precarious living conditions, and the predominance of family businesses and entrepreneurial profile of several social actors. For this purpose, as categories of analysis: Mindsets; Productive Restructuring, Employment and Labour Relations. Thus, twelve were preselected dissertations by analyzing and reading the titles, abstracts, key - words, introduction and closing remarks, but only ten fully contemplated the proposed objective, which is examining how was the discussion of the footwear industry and world of work, focusing on the analysis categories above. Thus, through analytical reading was held discussion and communication among the topics proposed. There is that the relations and working conditions in Franca move up as the continuing trend of capital, undermining the productive power, because the footwear sector has no significant technological innovations and the work outsourced production facilities are old and outdated, beyond the industry present a great dependence on government incentive policies. It is considered important that more research is done at the university, as proposed Guiraldelli (2006) in order to give voice and listen to workers who find themselves immersed in the constant changes in the workplace and to provide more performance, conducting research and intervention Social Work, whether as a professional coach, teacher, or student for a role of social workers among these subjects in the attempt and strengthening the rights and giving visibility to the living conditions of workers and work footwear with the proposal to fight for improving their conditions.

Keywords: Knowledge production. Social Work. World of work. Franca. Mentality.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dissertações disponíveis no site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social	54
TABELA 2 – Dissertações disponíveis no site da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca	55
TABELA 3 – Dissertações disponíveis somente no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca.....	55
TABELA 4 – Dissertações – Objeto de Estudo.....	56

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centros de Referências de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMESCAN	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FACEF	Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUFIP	Fundação Universidade Federal do Piauí
GASEF	Grupo de Assistentes Sociais de Empresas de Franca
GESSOT	Grupo de Estudo de Serviço Social do Trabalho
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPES	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
LBA	Legião Brasileira de Assistência
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica do Goiás
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERT/Franca	Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado/Franca
SESI	Serviço Social da Indústria
SindiFranca	Sindicato da Indústria de Calçados de Franca
STICV	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Franca e Região
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal do Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPb-JP	Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICSUL	Universidade Cruzeiro do Sul

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
 CAPÍTULO 1 FRANCA/SP E AS CATEGORIAS TEÓRICAS EM ANÁLISE:	
Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva e	
Mentalidades.....	17
1.1 Franca/SP: o lócus regional e as influências sobre os temas de pesquisa.....	18
1.2 Trabalho e Relações de Trabalho	24
1.3 Reestruturação Produtiva.....	28
1.4 Mentalidades	34
 CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	
	39
2.1 Particularidades do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil	39
2.2 A Pós-graduação em Serviço Social e os rumos da pesquisa.....	43
 CAPÍTULO 3 DISSERTAÇÕES EM EVIDÊNCIA: Análise das dissertações produzidas	
entre 1999 a 2009 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da	
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	53
3.1 Percurso Metodológico.....	53
3.1.1 Trabalho e Relações de Trabalho.	69
3.1.2 Reestruturação Produtiva.....	75
3.1.3 Mentalidades.....	83
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 91
 REFERÊNCIAS	 94

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discutir a produção de conhecimento do único Programa de Pós-graduação em Serviço Social público do Estado de São Paulo torna-se importante pela cidade onde se situa o referido programa e as especificidades apresentadas pela indústria calçadista de Franca.

Trata-se de um espaço privilegiado para estudos sobre o mundo do trabalho, reforçado pelo perfil do setor, composto intensificamente de formas antigas de trabalho, como o realizado em domicílio, expressões do processo de reestruturação produtiva e precarização do trabalho, além da predominância de empresas familiares e do perfil empreendedor de diversos atores sociais.

São temas que impulsionam diversas pesquisas na Universidade sobre o setor calçadista, financiadas por agências como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem-se também a elaboração de diversos Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações (nosso objeto de estudo) e teses.

O interesse pela temática não é recente, visto que estudos sobre a indústria calçadista de Franca foi tema recorrente durante toda a graduação da pesquisadora, quando foi realizada pesquisa com o tema “Impasses, impactos e reflexos para os trabalhadores das condições de trabalho e vida após a abertura comercial brasileira iniciada a partir dos anos 1990” como conclusão de curso, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) PIBIC/CNPq, e a possibilidade de continuação de estudos sobre a indústria calçadista durante a Pós-graduação, através de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dessa forma, analisar a produção do conhecimento no programa de Pós-graduação tem por interesse verificar quais os fatores da realidade do calçado que mais instigaram as pesquisas na universidade e, assim, obter as categorias adotadas pelos pesquisadores da linha mundo do trabalho, entre os anos 1999 e 2009, acerca da indústria calçadista.

Considerando que a pesquisa e a produção do conhecimento são partes integrantes e de fundamental importância para o Serviço Social, tais fatores refletem diretamente sobre o programa de Pós-graduação em estudo, que apesar de ter a participação de alguns alunos com formação em outras disciplinas, tais como Direito, Economia, Jornalismo, Psicologia, Administração, dentre outros, a participação de Assistentes Sociais é majoritária no programa.

Nas pesquisas da linha Mundo do Trabalho, têm destaque estudos sobre as transformações ocorridas nos últimos anos, processo de terceirização e subcontratação, a precarização do trabalho, as inovações tecnológicas, o desemprego estrutural e as demais consequências da crise de acumulação do capital que acentuam as expressões da “questão social”, assim como representações sociais do trabalho e do cotidiano, qualidade de vida.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social implantado na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, na Faculdade de História, Direito e Serviço Social¹, no câmpus de Franca, desde 1992, forma Mestres e Doutores que se inseriram na docência universitária na rede pública e na particular do espaço nacional. Grande é o número de mestrandos e doutorandos que procuram ingresso no Programa se submetendo ao processo de seleção, normalmente realizado no mês de fevereiro de cada ano. O Programa, único público do Estado de São Paulo, disponibiliza as inscrições no mês de janeiro, amplamente divulgado no site www.franca.unesp.br. O perfil dos candidatos às vagas do Programa tem sido pertinente, não só aos assistentes sociais, mas, àqueles com interesse nas áreas afins ao Serviço Social, advogados, administradores, arquitetos, economistas, jornalistas e outros, recorrente à subárea das Ciências Sociais Aplicadas. Trata-se de candidatos envolvidos com as questões educacionais que permeiam as expressões da questão social como, também, profissionais e pesquisadores na busca por qualificação das ações desenvolvidas, tanto no que diz respeito a intervenções em organizações governamentais como não governamentais. (UNESP, online).

Abordando o cenário onde se situa o programa, a cidade de Franca é símbolo da produção de calçados masculinos de couro no Brasil, sendo a atividade econômica mais expressiva. Verifica-se, assim, a realização de estudos com o intuito de entender a dinâmica da indústria calçadista e as relações de trabalho que envolvem a sua produção.

O programa de Pós-graduação, nesse ínterim, insere-se nessa dinâmica através de várias pesquisas realizadas com o objetivo de discutir a indústria calçadista em diversos enfoques, seja através do trabalho terceirizado, caracterizado pela produção domiciliar, que é uma característica histórica do modelo de produção do calçado na cidade, seja através do empreendedorismo, visto a característica de indústria familiar e o papel empreendedor dos empresários da cidade.

A construção do conhecimento em Serviço Social sobre o mundo do trabalho ganha ênfase sobre a temática de 1999 a 2009, por ser um período abrangente (dez anos) de produção de conhecimentos, e que nesse ínterim presenciou a consolidação de diversas

¹ Resolução Unesp 37, de 14/09/2010, publicada no Diário Oficial de 15/09/2010, a Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Unesp/Franca a partir da publicação no Diário Oficial passou a denominar-se Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp/Franca.

mudanças no cenário da produção de calçados da cidade, tais como: a falência de diversas empresas tradicionais e de grande porte, como, por exemplo, a Calçados Samello em 2006; a transferência de diversas empresas para outros estados do país, impulsionados por isenções fiscais; fechamento de diversos postos de trabalho; e a redução considerável de trabalhadores filiados ao Sindicato da categoria.

Metodologicamente, a pesquisa é de cunho bibliográfico, tendo como objetos de análise as dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da atual Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, produzidas entre os anos 1999 e 2009, que realizaram estudos sobre o mundo do trabalho com interface sobre a indústria calçadista.

Buscou-se pesquisas sobre: a mentalidade dos atores sociais envolvidos no processo de produção do calçado, como pesquisas sobre as consequências do processo de reestruturação produtiva sobre as condições dos trabalhadores do calçado, sobre o trabalho domiciliar, além de outras características que descrevem como é a indústria calçadista e sua influência impulsionadora nas temáticas de pesquisa.

Foram pré-selecionadas doze dissertações defendidas de 1999 a 2009, que se encontram no acervo da biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, sendo que também foi possível ter acesso às dissertações produzidas a partir de 2006 através do *site* do Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

Para as doze dissertações escolhidas inicialmente utilizou-se como critério: os títulos, a leitura dos resumos, palavras-chave, considerações iniciais e finais.

Todavia, do total de doze dissertações, dez foram selecionadas como objeto de estudo por contemplar integralmente a proposta de trabalho, que é analisar como se dá a produção do conhecimento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da linha de pesquisa Mundo do Trabalho com interface com a indústria calçadista de Franca.

Das dissertações objeto de estudo, foi analisado como se deu a discussão sobre as categorias analíticas em estudo: *Mentalidade; Trabalho e Relações de Trabalho e Reestruturação Produtiva*. Ressalte-se que algumas dissertações contemplavam mais de uma categoria de análise.

Verificou-se, através da amostragem, trabalhos que versaram sobre: a condição dos trabalhadores desempregados e quais foram as alternativas utilizadas pelos sapateiros como meio de sobrevivência; a realidade das mães que costuram sapatos em Franca em regime domiciliar, com a análise sobre o tempo de trabalho e os demais tempos sociais; discussão sobre o estudo das Mentalidades, como um desafio para o Serviço Social e para o Sapato Francano; a análise da Mentalidade do empresário calçadista francano e a possibilidade de

espaço de trabalho para o Serviço Social, visto que a categoria profissional já ocupou diversos cargos nas indústria calçadista e a situação ter se alterado drasticamente dos anos 1990 até os dias atuais; a Mentalidade Empresarial, realizando enfoque das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem, ou seja, o perfil empreendedor desses trabalhadores que iniciaram suas atividades como sapateiros no interior das fábricas e, após as transformações ocorridas no mundo do trabalho, tornaram-se empresários de micro e pequeno porte; pesquisas sobre a precariedade das relações de trabalho evidenciada através da informalidade no setor calçadista, estudando a situação da mulher negra nessa realidade; estudo sobre as formas de trabalho precário, após as transformações ocorridas com o processo de reestruturação produtiva; a relação entre o trabalho e a educação nas indústrias de calçados, reforçado pelos institutos educacionais criados na cidade, como por exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- Senai, com o objetivo de qualificar a mão-de-brá trabalhadora do calçado; e por fim, a situação do trabalho infantil na cidade, que foi evidenciado em meados dos anos 1980, através do trabalho terceirizado realizado em Bancas de Pesponto e nas residências, com o emprego da mão de obra infantil como reforço na produção e aumento da renda familiar.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. No Capítulo 1 **Franca/SP e as Categorias Teóricas em Análise: Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva e Mentalidades** é realizada breve explanação histórica sobre a cidade de Franca e o cenário de produção de calçados através de tópicos o estudo das categorias, de modo a apresentar ao leitor as considerações sobre as mesmas para melhor reflexão sobre as dissertações - objetos de estudo.

No Capítulo 2 **Serviço Social e a produção do conhecimento** objetiva-se discutir os rumos da produção do conhecimento em Serviço Social, apresentando o histórico sobre a criação da profissão e as particularidades do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil.

No Capítulo 3 **Dissertações em Evidência**: Análise das dissertações produzidas entre 1999 a 2009 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais tem-se a análise através da metodologia utilizada pelos autores, o enfoque, a abordagem e as percepções dos pesquisadores sobre a indústria calçadista, e, por fim, uma interlocução entre os trabalhos, visto haver uma temporalidade de dez anos de produção do conhecimento, especificamente sobre a linha Mundo do Trabalho com interface na indústria calçadista de Franca, tendo como estudo das categorias: Trabalho e Relações de Trabalho; Mentalidades; Reestruturação Produtiva. Foi possível verificar diversos outros trabalhos

integrantes da linha Mundo do Trabalho, porém, através do mapeamento, dez contemplaram integralmente a proposta de trabalho supracitada.

Objetiva-se neste trabalho realizar interlocução entre as dissertações analisadas relacionando-as com o espaço temporal de produção de cada trabalho. Sendo assim, inicia-se o primeiro capítulo, apresentando a cidade de Franca e a seguir as categorias em análise, relacionando-as diretamente com a realidade francana.

CAPÍTULO 1 FRANCA/SP E AS CATEGORIAS TEÓRICAS EM ANÁLISE: Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva e Mentalidades

Neste primeiro capítulo são tratados o histórico sobre a cidade de Franca e a dinâmica da indústria calçadista, bem como o estudo acerca das categorias que são utilizadas como aporte para escolha e análise das dissertações do programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp – Câmpus Franca. As categorias escolhidas foram: Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva e Mentalidades.

Tem-se como referência as categorias supracitadas com o objetivo de verificar o que se produziu no Programa de Pós-graduação em estudo a respeito da temática Mundo do Trabalho com interface com o cenário onde se localiza a Universidade em questão (cidade de Franca/SP) e pela evidência de pesquisas sobre a temática da Indústria de Calçados. São temas que versam sobre as condições de trabalho dos sapateiros nas indústrias de calçados, em situações de terceirização, a inserção dos trabalhadores em Bancas de Pesponto, trabalho feminino domiciliar, trabalho infantil, mentalidade dos atores sociais inseridos na dinâmica da indústria calçadista, o papel e relevância do micro e pequeno empresário, dentre outros trabalhos que possam demonstrar o que se produziu entre 1999 e 2009 no Programa de Pós-graduação e quais foram as considerações obtidas por esses pesquisadores a respeito da realidade em questão.

No item 1.1 é realizada apresentação sobre a cidade de Franca, onde se situa o Programa de Pós-graduação em estudo e importante polo produtor de calçados masculinos de couro.

No item seguinte 1.2 há a exposição da categoria Trabalho e Relações de Trabalho.

No item 1.3 discute-se a categoria Reestruturação Produtiva e os modos de produção taylorista e fordista, com o intuito de apresentar o histórico das supracitadas formas de organização do trabalho durante os anos iniciais do século XX até os dias atuais.

Por fim, no item 1.4 tem a explanação sobre a categoria Mentalidades, discorrendo sobre seu histórico de criação e as influências.

1.1 Franca: o lócus regional e as influências sobre os temas de pesquisa

A intencionalidade de apresentar este item é para situar o lócus onde está o único programa de Pós-graduação em Serviço Social público do estado de São Paulo e expor as particularidades desta realidade que tanto instiga os pesquisadores a investigá-la, visto que já existe vasta produção a respeito do histórico da cidade de Franca e da produção de calçados.

A cidade de Franca está situada no extremo nordeste do estado de São Paulo, sendo a sede da 14ª região administrativa do estado, composta por 23 municípios. A supracitada cidade dista 400 km da capital paulista. Localiza-se no altiplano Serra da Franca, entre as bacias hidrográficas dos rios Sapucaí e Grande, com extensão territorial correspondente a 4,2% do território paulista.

Apresenta uma população de 318.239 habitantes², segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com um total de 760 indústrias calçadistas, englobando micro, pequenas, médias e grandes empresas³, conforme dados do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SindiFranca).⁴

Expondo brevemente o histórico da cidade de Franca, verifica-se que, em fins do século XIX, a região era ponto de parada para comerciantes que necessitavam trazer do litoral até as zonas auríferas os produtos consumidos pelos mineradores, e enviar até o litoral o ouro por eles extraído.

Assim, o transporte de produtos era realizado por um caminho conhecido como Estrada dos Goyazes, que veio a se tornar uma das principais vias responsáveis pelo povoamento de Franca, como também de outras cidades da região do Sertão do Rio Pardo.

A mineração era fator preponderante na região e isso atraiu migrantes para a cidade, que, além da extração de minérios, também tinham na atividade agropecuária grande força, destacando a pecuária, onde o gado era utilizado, essencialmente, como meio de transporte de carga.

Com a elevação de Franca para Vila, tornou-se mais fácil para o governo estadual controlar as riquezas advindas da mineração, da comercialização do gado, do sal, uma vez que

² Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2010, online).

³ Micro empresas – aquelas que possuem de 0 a 19 funcionários. Pequenas empresas – 20 a 99 funcionários. Médias empresas - 100 a 499 funcionários e Grandes empresas – acima de 500 funcionários.

⁴ apud CARLONI, 2006, p. 51.

tinha se tornado legalmente um território paulista, contribuinte efetivo na tributação do estado de São Paulo.

Ressalta-se que a mineração junto à pecuária (gado utilizado como transporte) continuou sendo a principal atividade econômica na cidade. Porém, a partir de 1840, a Vila Franca passou a vivenciar uma crise nas atividades econômicas de base; a atividade mineradora, por exemplo, sofreu grande declínio na exportação e consequente produção. Aliado ao crescimento da cidade vivenciou-se no período o aparecimento de dificuldade e escassez de recursos das atividades que já não eram suficientes para abastecê-la.

Pode-se considerar que o cenário de apatia econômica da cidade decorreu em função da elevada desvalorização das pedras preciosas no mercado europeu, momento propício para a emergência da produção de café, que foi introduzida como nova fonte de riqueza e com grandes investimentos.

O sucesso da plantação e exportação do café na região oeste e nordeste do Estado de São Paulo pôde ser medido não só no volume das toneladas acumuladas ou nos lucros obtidos, mas também pela extensão das lavouras de café como meio de absorção de grande quantidade de mão de obra disponível na região, acrescida da qualidade da força de trabalho dos imigrantes. O café encontrou na região de Franca, terras férteis e um tipo de agricultura rentável (CANÔAS, 2007, p. 100).

À medida que se expandiu a produção de café, ocorreu também a expansão dos trilhos da ferrovia “Estrada de Ferro Mogiana”, que atingiram a cidade no ano de 1887. Essa estrada foi responsável pelo progresso e desenvolvimento de Franca e região, pois permitiu o fluxo de viajantes para a cidade, favorecendo a exportação dos produtos, especialmente, do café. Todavia, Franca não comercializava apenas café, mas também algodão, sal, açúcar, cereais, toucinho, aguardente, couro e produtos diversos.

Assim, ao analisar a primeira década do século XX, verifica-se em Franca as condições elementares para a expansão de uma indústria de transformação do couro, substituindo assim o café, que havia diminuído a sua produção e comercialização devido às crises apresentadas pelo setor.

O couro pôde ser considerado o responsável pelo surgimento, mais tarde, da industrialização em Franca, sendo empregado na fabricação de calçados, selas, arreios. Constatando, portanto, que esse produto é responsável pela grande expansão do parque industrial de fabricação de calçados no Município.

Carlioni (2006) refere que em 1921 é fundada a primeira fábrica de calçado na cidade, a Calçados Jaguar, propriedade de Carlos Pacheco de Macedo, responsável por divulgar e consolidar a cidade de Franca como cidade do calçado.

Em 1930, foram fundadas as fábricas de calçados Peixe e a fábrica de calçados Lopes de Melo. E, em 1935, as fábricas de Calçados Samello, Agabê, Pestalozzi, Sândalo, Terra e Francano.

A partir de 1940, a indústria francana de calçados começa a ganhar expressão, sustentando-se em grande parte com recursos próprios, movidos por grandes grupos econômicos, como as empresas Samello e Amazonas.

As relações de trabalho da época eram baseadas na produção em pequenas unidades familiares, onde o núcleo familiar predominava com o trabalhador coletivo, como unidade produtiva, coexistindo com outras formas de trabalho realizado em domicílio.

Na década de 1950, a indústria de calçados assume o comando da economia da cidade, sendo essa década considerada um marco, pois a partir desse momento, Franca passa a ter empresas calçadistas de grande visibilidade e poder de empregabilidade.

Assistiu-se ainda na década a crescentes estímulos à industrialização do país, pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)⁵, traduzido para o setor calçadista em incremento da produção nacional e da importação de máquinas, possibilitando a renovação da maquinaria. Houve aumento do número de trabalhadores assalariados no país e, especificamente em Franca, alargamento do mercado consumidor dos chamados bens de consumo populares, entre os quais se incluem os calçados.

Entre as décadas de 1950 e 1960, verifica-se a expansão do número de estabelecimentos calçadistas na cidade, a maioria com dimensões pequenas e médias, alguns com características de unidade produtiva familiar, onde o trabalho, que era realizado pela família enquanto produtor coletivo, raramente contava com o auxílio de máquinas.

A produção de calçados da cidade tornou-se relevante para a economia nacional a partir da segunda metade do século XX, consolidando-se especialmente na década de 1970

⁵ Em seu mandato presidencial, Juscelino lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado de Plano de Metas, que tinha o célebre lema "Cinquenta anos em cinco". O plano tinha 31 metas distribuídas em 5 grandes grupos: Energia, Transportes, Alimentação, Indústria de base, Educação, e a meta principal que era a criação de Brasília, nova capital do país.

O Plano de Metas visava estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, baseado na expansão industrial e na integração dos povos de todas as regiões do Brasil através da nova capital localizada no centro do território brasileiro, na região do Brasil Central. A estratégia do Plano de Metas era corrigir os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira, em termos atuais "reduzir o custo Brasil", que poderiam estancar o crescimento econômico brasileiro (por falta de estradas e energia elétrica) e reduzir a dependência das importações, no processo chamado de "substituição de importações", já que o Brasil padecia de uma crônica falta de divisas externas (dólares).

devido à demanda crescente do mercado interno, e quando foram iniciadas as exportações de calçados. Nessa época foi criada uma Cooperativa para exportação, formada pelas empresas Agabê, Pestalozzi, Sândalo e Terra.

O cenário apresentado durante a década de 1970, com a elevação do número de postos de trabalho e de exportações, especificamente para os Estados Unidos, foi favorável à instalação em Franca de duas instituições destinadas a dar suporte ao setor calçadista local, sendo eles: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atuando na área de treinamento de mão de obra para a indústria calçadista, e o Núcleo Tecnológico de Couros, Calçados e Afins, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), na área de pesquisa, desenvolvimento de produtos e tecnologia para as indústrias de calçados e na formação de técnicos especializados em controle de qualidade.

Nesse período ainda são verificados que o aumento de volume da produção e a ampliação da oferta de postos de trabalho pelas indústrias calçadistas francanas fizeram ressurgir e intensificar a prática de se retirar da fábrica e transferir etapas do processo de produção do calçado para as bancas⁶ ou para o domicílio do trabalhador.

O trabalho domiciliar esteve presente em todas as fases de desenvolvimento do setor calçadista francano, todavia, nos anos de 1970, este tipo de trabalho passa a ser destinado de forma significativa para o domicílio dos trabalhadores. Ou seja, ao invés das empresas continuarem ampliando suas seções de produção no interior das fábricas, passaram a recorrer ao trabalho em domicílio.

Assim, a fabricação de uma ampla variedade de modelos de calçados, como os mocassins e os semi-sociais, que são dependentes da costura manual e enfeites, passou a ser realizada no domicílio por costureiras manuais, ampliando a oferta de trabalho para este perfil de trabalhador e inserindo significativamente a produção de calçados para o interior das residências.

Entretanto, as trabalhadoras de início ainda continuaram com seus vínculos empregatícios mantidos junto às empresas.

Os vínculos estabelecidos entre empresa e empregados, outrora mantidos, passam a ser diluídos com a reestruturação produtiva, com o surgimento de uma nova figura, entre a

⁶ As bancas são unidades produtivas contratadas pelas empresas calçadistas para realizar determinadas operações envolvidas na produção de calçados de couro, principalmente aquelas que demandam mais trabalho vivo, como o pesponto e a costura manual. Para Chinali (1997, p. 68), “[...] banca de pesponto, na indústria calçadista, denomina a instância subcontratada pela fábrica para realizar frações do processo do calçado, principalmente a costura mecânica (pesponto) e costura manual das partes superiores do sapato.”

empresa e o (a) trabalhador (a) que realizava as atividades em seu domicílio, o intermediário⁷. Além disso, com o repasse de tarefas domiciliares, filhos, vizinhos e parentes dos trabalhadores passam a engrossar o contingente da informalidade.

Na década de 1980, verifica-se uma crise do segmento industrial no país, sendo a indústria brasileira de calçados um dos poucos setores que conseguiram se expandir, mesmo alternando momentos de crescimento com períodos de refluxo, registrando, por fim, um desempenho positivo nesse período.

As exportações de calçados, durante a primeira metade dos anos de 1980, tiveram um peso significativo para o desempenho do setor calçadista francano. Nos anos de 1983 e 1984, o volume de calçados destinados ao mercado externo superou pela primeira vez aquele dirigido ao mercado interno.

Constata-se ainda que um dos fatores que teria contribuído para o crescimento das exportações nos anos de 1983 seria a manutenção de políticas de incentivo às exportações do governo federal.

Verifica-se que a característica de repasse de operações necessárias à confecção do calçado transferidas para fora das empresas continuou durante os anos 1980, intensificando-se nos anos 1990, passando a ser conhecida pelo neologismo “terceirização”.

No Brasil, a terceirização como estratégia (de redução de custos) da produção capitalista no processo de reestruturação produtiva tomou impulso nos anos 1990, a partir da era neoliberal, assumindo dimensões que causaram impactos considerados destrutivos sobre o mundo do trabalho.

A terceirização de atividades auxiliares não é algo inovador nas empresas. O que se intensificou durante a década de 1990 foi a externalização do processo produtivo, com acentuada redução de custos através da subcontratação de pequenas e microempresas pouco especializadas, nas quais, em sua maioria, a mão de obra é desqualificada, assim como as condições de trabalho são inadequadas. Constatou-se, ainda, que o trabalho domiciliar é uma das peculiaridades das múltiplas faces da informalidade, respondendo por um grande contingente de trabalhadores sem proteção social, acarretando a sua precarização. Assim, a adoção do trabalho domiciliar representa para o empregador maior facilidade contratual de mão de obra, o que resulta em baixo custo dos produtos e ínfimos gastos com a força de trabalho.

⁷ O intermediário é um trabalhador que retira as peças da fábrica, faz a distribuição pelos domicílios, recolhe-as e paga-as semanalmente, encarregando-se de manter a distância necessária entre capital e trabalho.

Conclui-se que o trabalho domiciliar na cadeia produtiva do calçado em Franca, historicamente, apresenta-se como uma das nuances do trabalho precário, sendo executado predominantemente por mulheres. Mesmo com a industrialização, tal atividade não foi abolida da cadeia produtiva, pois o que se verifica atualmente é o fato de ganhar novas feições com a reestruturação produtiva.

Na análise das dissertações que discutem sobre o trabalho domiciliar na indústria calçadista francana, que serão aprofundadas no terceiro capítulo da dissertação, verificou-se que a terceirização através do trabalho domiciliar, além de precarizar as condições de trabalho e acarretar a perda de proteção social representada pelo trabalho estável com carteira assinada, também expôs as crianças ao trabalho infantil, a partir do momento que estas passam a ajudar suas mães costureiras com o objetivo de aumentar a produtividade e, consequentemente, a renda familiar.

Outro fator analisado refere-se aos papéis sociais que passam a coexistir dentro do mesmo espaço físico (residência) através de múltiplas jornadas. Por exemplo, as mulheres costuram sapato ao mesmo tempo em que cuidam dos filhos e interrompem essa jornada superposta para iniciar a jornada de trabalhadora doméstica e de esposa.

Efetivamente, na produção de calçados, as mudanças ocorridas durante a década de 1990 concretizou-se em aumento das bancas de pesponto e do trabalho domiciliar, reconfigurando o mercado de trabalho e elevando o número de trabalhadores sem registro em carteira.

Como resultado de todos esses fatores, ocorreram mudanças estruturais e intensas na indústria calçadista, pois as empresas que não faliram optaram pela redução de custos ao transferir máquinas e trabalhadores para seus domicílios, ou transferindo-se para outros estados à procura de mão de obra desqualificada, com custo de valor reduzido e melhores subsídios governamentais.

Ressalta-se ainda que, no Brasil, especificamente no setor calçadista, a flexibilização das relações de trabalho foi anterior à difusão do processo de reestruturação produtiva, mas, com tal processo, essas práticas foram fortemente intensificadas, depauperando consideravelmente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

No item a seguir é realizada explanação sobre a categoria trabalho e relações de trabalho.

1.2 Trabalho e Relações de Trabalho

Ao discutir a questão do trabalho neste estudo, destaca-se que o mesmo está presente em toda a história da humanidade, tendo sua origem no momento em que o homem busca determinadas condições e meios para atender as suas necessidades vitais, como forma de produzir a vida em sociedade. É nessa busca e ação humana que o homem se reproduz e dá continuidade à espécie através das relações sociais.

Considera-se trabalho como a dimensão capaz de criar uma natureza humana, ou seja, atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais (animais, aves e insetos) e que, não obstante, desenvolvem trabalho com níveis diversos de sofisticação no âmbito do mundo natural.

O homem, por ser o único animal que fabrica os seus instrumentos de trabalho, alarga suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. Esta capacidade estabelece a distinção entre o trabalho humano e o desenvolvido por outros animais, já que o ato de planejar a execução de uma atividade exige do homem um planejamento (teleologia), antes em sua consciência, do que irá executar para, posteriormente, agir e realizar o que havia pré-concebido.

A concepção de trabalho diferencia-se e não se confunde com a de postos de trabalho – para o capital, emprego – porque o trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem, que, ao criá-lo, é recriado e modificado pela atividade a que deu vida.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atual, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149-150).

Então, pode-se dizer que o trabalho define a existência humana. Para continuar existindo, homens e mulheres necessitam estar continuamente produzindo sua própria

existência através do trabalho. Isso revela que a própria vida é determinada pela forma como se produz a existência.

Mas, historicamente, os meios de produção têm sido revolucionados, no sentido de cada vez menos o capital precisar de trabalho vivo.

Assim, qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho. O fato de existir muita força de trabalho disponível coloca os trabalhadores numa condição defensiva e subordinada em relação ao capital. Este se aproveita da condição desfavorável dos trabalhadores para pôr em prática uma exploração predatória, pela qual qualquer ocupação, por mais instável e eventual, é tomada como emprego.

Nesse contexto, a gama de trabalhadores que não conseguem, nem de forma precária, ingressar no mercado de trabalho, acabam recorrendo às políticas sociais, que encontram-se em situação de focalização e descentralização, aviltando ainda mais as condições de vida e trabalho e as necessidades sociais dos trabalhadores.

Ora, se a força de trabalho é a única mercadoria de que dispõe o trabalhador, ele precisa vendê-la no mercado, para com o dinheiro adquirido comprar do capitalista as mercadorias das quais precisa para a sua sobrevivência, muitas delas produzidas por si mesmo.

Esse momento também é denominado como de mudança na forma de organização do trabalho, onde altera-se a rigidez característica do período fordista-taylorista pela acumulação flexível do modelo toyotista de produção.

Já a crise que atinge a classe trabalhadora, afetando sua consciência de classe, é consequência também das transformações ocorridas na esfera da materialidade do trabalho.

Antunes (1995) afirma que a década de 1980 caracterizou-se como o momento mais crítico na história do mundo do trabalho, com uma dupla crise: uma que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, acarretando metamorfoses agudas no processo de trabalho, e a outra como resultante e simultânea da primeira que alcançou o plano da subjetividade do trabalho.

Para o supracitado autor, a primeira crise que atingiu a materialidade do trabalho ocorreu principalmente com o avanço tecnológico, a revolução técnica da segunda metade do século XX, como a automação, a robótica, a microeletrônica e as novas formas de organização da produção, tal como a terceirização, provocando mudanças substantivas na esfera produtiva.

A segunda crise, como resultante da primeira, atingiu a subjetividade da classe trabalhadora, sua consciência de classe, consciência de constituir-se como ser que vive do

trabalho. As mudanças na base material repercutem na espiritualidade da classe trabalhadora, que, no final do século XX e início do XXI, apresenta-se complexificada, heterogeneizada e fragmentada, segundo termos de Antunes (2006), e, portanto, é cobrado maior esforço das lutas sociais do trabalho no confronto com o capital.

Dessa forma, a mudança profunda na esfera do trabalho levanta questionamentos entre diversos autores⁸ sobre o futuro do trabalho, alguns considerando até que este estaria perdendo a sua centralidade.

[...] surge um emaranhado de teorias no campo das ciências sociais nas quais algumas atestam apologeticamente que a humanidade está vivendo o término de um período cujo trabalho era o eixo central no mundo da vida, dentre ela, destacamos Gorz (1987), De Masi (2000), Offe (1994) e Rifkin (1995), outros com grande ousadia denotam a crise do trabalho abstrato, como é o caso de Kurz (1996), enquanto diferente ala de pensadores advoga que o trabalho jamais perdeu seu posto de centralidade, como é o caso de Castel (1998) e Antunes (1995, 1999). (GUIRALDELLI, 2006, p. 29).

Todavia, é possível desmistificar confusões teóricas e conceituais ao pontuar que escassez de oferta de emprego não significa necessariamente que o trabalho – concebido como fundador da sociabilidade humana, atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais – estaria perdendo sua centralidade.

Pochmann (2007, online) acredita que “[...] a exigência de modificações postas pelo capital não faz o trabalho perder a centralidade”, pois o que se muda é a quantidade de oferta de empregos, tornando-se assim a classe trabalhadora mais refém da classe dominante ao se deparar com a diminuição de postos de trabalho, diante de uma população apta ao trabalho cada vez maior.

O sistema de acumulação do capital, portanto, ao criar uma população sobrando ao mercado de trabalho, reforça também o seu caráter desigual em um sistema onde não há espaço para todos e onde a luta por trabalho é travada da forma mais desumana possível. Os trabalhadores encontram-se em situação precária, tendo seus direitos sociais e trabalhistas cada vez mais atacados pelo ideal neoliberal. Diminui consideravelmente os trabalhadores com registro em carteira de trabalho, ou seja, aqueles amparados com os recursos provenientes da proteção social.

Assim, tais mudanças, refletidas pelo processo de reestruturação produtiva alicerçado no ideário neoliberal, resultam na precarização do trabalho, das legislações sociais e das

⁸ Gorz (1987), Antunes (1995), Lessa (2007), dentre outros.

condições de trabalho, criando uma esfera de disputa intermitente entre os trabalhadores pela garantia de sobrevivência individual e familiar, fato este exemplificado pelas condições em que se encontram os trabalhadores do calçado.

Assim, a ausência ou insuficiente presença do Estado na regulação das relações entre capital e trabalhador vem reforçando o caráter de acirrada relação e dificultando a realização de melhorias no campo dos direitos sociais para os trabalhadores, que, em decorrência do processo de reestruturação produtiva e das consequências já supracitadas, inibem o limiar de movimentos capazes de exigir seus direitos.

Frederico (2009, p. 257) pontua explicitamente em seu texto tal assertiva ao retomar historicamente que no Brasil “[...] os momentos mais importantes de nossa história foram marcados pela composição das elites e pela exclusão da participação popular. Da Independência ao fim do Regime Militar, as transformações modernizadoras foram realizadas pelo alto.”

Dessa forma, vê-se uma classe trabalhadora tão submersa em seus problemas individuais que a esfera das exigências sociais se torna algo distante da realidade, salvo raras exceções, como o movimento dos trabalhadores sem terra, sem teto, que, entretanto, veem o ideal do movimento ser rebatido fortemente pela mídia nacional e por grandes proprietários de terra (latifundiários) que freiam mudanças substanciais na legislação brasileira.

Portanto, toda a discussão apresentada nesse tópico apresentou como interesse situar o leitor quanto à discussão da centralidade do trabalho na vida dos trabalhadores e o impacto das relações de trabalho sobre suas condições de vida e trabalho e a possibilidade de suprimento de suas necessidades sociais e a de suas famílias.

As dissertações que tiveram por interesse discutir tal categoria versaram sobre: a análise do impacto das transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista, realizado por Martins (1999); as condições dos desempregados na indústria calçadista e o impacto disso em todas as esferas de vida dos trabalhadores, como a dissertação de Freitas (2000); a relação entre trabalho e educação de Farinelli (2003); a questão do trabalho infantil através do uso da mão-de-bra de menores de 16 anos em Bancas de Pesponto e a domicílio, apresentada por Casemiro Filho (2006); a análise dos desempregados e subempregados na cadeia produtiva do calçado e a dinâmica de inserção na informalidade e flexibilidade tensionadas e intensificadas a partir da década de 1990, realizada por Lara (2005); e, por fim, a discussão sobre o tempo de trabalho e os demais tempos sociais, por Braga (2009), diante do cenário de trabalho domiciliar feminino na cadeia produtiva do calçado.

No item a seguir discute-se a categoria reestruturação produtiva, pontuadaa como continuação de toda a discussão apresentada até agora, todavia, reforçada pelas transmutações ocorridas na esfera do trabalho do final do século XX até os dias atuais.

1.3 Reestruturação Produtiva

A fim de uma melhor compreensão sobre o processo de reestruturação produtiva para análise das dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em estudo, torna-se necessário situá-lo na dinâmica brasileira e seus impactos sobre a cidade de Franca, lócus onde se situa, e que tem sido tema de investigação sobre a dinâmica da indústria calçadista para diversos pesquisadores.

Todavia, para apresentação do referido processo, é necessário realizar explanação sobre os modelos de produção taylorista e fordista que vigoraram na grande indústria no decorrer do século XX.

O modo de produção taylorista surgiu nos Estados Unidos por volta de 1900, tendo como fundamento melhorar a qualidade do produto final, reduzindo, porém, os custos de produção. Para tanto, Frederick Winslow Taylor⁹ (1856-1917), seu criador, inovou o pensamento da época apontando como obstáculos para uma grande produtividade com baixo custo – seu grande propósito – os baixos padrões de desempenho e eficiência associados à falta de orientação para tomadas de decisões mais conscientes e dirigidas para problemas específicos, os quais seriam melhores solucionados.

Taylor buscava, então, a partir do modelo que levou seu nome (taylorismo), associar capital e trabalho numa forma de cooperação em que o resultado se revertesse em benefícios para ambos, pois se esperava que os salários aumentassem com o decorrer do tempo, assim como também a produtividade das indústrias.

O modo de produção Taylorista, denominado como organização científica do trabalho na época de seu aparecimento, início do século XX, é um movimento de racionalização do

⁹ “Nascido na Filadélfia, em uma família rica, Taylor, desde muito cedo, demonstrou interesse por mecânica e engenharia. Identificou problemas e tentou solucioná-lo inventando aparelhagens para permitir-lhe dormir adequadamente. Após viajar durante três anos pela Europa (hábito comum entre as famílias ricas da Filadélfia), retornou aos 18 anos e começou a trabalhar na Enterprise Hydraulic Works como aprendiz, o que ele considerou como um período de despertar para a ‘realidade e a seriedade da vida’.” (ADMINISTRADORES SEM FRONTEIRA, online).

trabalho, baseado na separação cada vez mais nítida entre os responsáveis pela concepção e organização da produção e seus executores, os operários.

O Taylorismo consistia em um sistema de organização do trabalho onde havia rígida divisão hierárquica do trabalho, havendo uma separação extremamente intensa entre o pensar e o fazer, ou seja, os cargos de gerência, supervisão e planejamento eram responsáveis pelo pensar em como se deveria efetuar determinadas atividades para se alcançar a maior produção possível, e os trabalhadores eram incumbidos da execução, do trabalho vivo, de dar forma e resultado ao que foi planejado. A fragmentação das tarefas é outro ponto muito aplicado neste sistema, o trabalhador não possuía visão do conjunto, mas somente daquela parte da produção que lhe cabia produzir, uma tarefa específica do processo.

Assim, ao criar uma finalidade e interesse único entre operários e empregador, Taylor fez com que esses desenvolvessem certa dependência para que conseguissem realizar o trabalho que pretendiam desenvolver.

Dessa forma, propiciou-se a acumulação de capital através da exploração do trabalho, disfarçando, contudo, o domínio que o capital exercia sobre o corpo do indivíduo no espaço de produção.

Praticamente na mesma época em que se desenvolvia o modelo taylorista de produção, também nos Estados Unidos era criada uma nova forma de se pensar a produção nas indústrias criadas por Henry Ford¹⁰ (1863-1947).

Ford tinha a pretensão de fabricar seu veículo, o modelo T, em grandes escalas e vendê-lo por um baixo preço, de forma que fosse comprado em massa. Dessa forma, o fordismo veio, então, aprimorar o modelo taylorista, somando a este uma forma otimizada, aplicando à produção a linha de montagem.

Devido ao seu método, e com algumas modificações no projeto do carro e no processo de trabalho, foi possível que Ford barateasse o preço final do carro em cerca de 50%. Tinha por elemento-chave a esteira transportadora, na qual as peças eram conduzidas e, em paradas periódicas, recebiam as operações necessárias.

Com esse novo pensamento, iniciou-se a chamada produção e consumo em massa de produtos que até então não eram produzidos em escala, devido ao tamanho e complexidade do projeto.

¹⁰ Henry Ford foi um engenheiro norte-americano responsável pelo desenvolvimento na indústria automobilística da produção em massa, construindo seu primeiro veículo em 1893. Em 1903 fundou a Ford Motor Co., na qual desenvolveu a linha de montagem.

Assim, a realização do trabalho sofreu várias transformações a fim de adaptar-se a um ritmo intenso de acumulação de capital. Os trabalhos mais complexos foram fracionados em partes mais simples, facilitando o emprego da mão de obra não qualificada. O trabalhador não precisou mais ser um artesão especialista em mecânica e passou a ter como única função repetir indefinidamente movimentos padronizados, desprovidos de qualquer conhecimento profissional.

Já o trabalhador qualificado, por sua vez, teve seu posto de trabalho eliminado, revertendo-se isto em vantagem econômica para a empresa, visto que passaria a pagar menos pela força de trabalho desqualificada.

Em suma, o Fordismo é caracterizado pela produção padronizada em grande escala, onde o processo de produção passa a ser controlado pelo ritmo da linha de montagem e pelo movimento das máquinas e o trabalhador passa a ser uma peça dessa grande engrenagem.

Tanto Taylorismo quanto Fordismo foram usados por décadas concomitantemente, a fim de se obter uma produção cada vez maior, caracterizando-se pela produção em série e em massa, pela fragmentação das tarefas, padronização, rígida hierarquização, presença de grandes conglomerados industriais, altos estoques de matéria-prima e pelo pleno emprego.

Todavia, na segunda metade do século XX, especificamente entre os anos de 1960 e 1970, houve uma redução na taxa de lucro devido ao custo onerado da mão de obra e redução no padrão de produtividade frente à intensificação das lutas sociais na época.

Instaura-se uma crise econômica com profundo quadro de recessão, elevadas taxas inflacionárias e redução do crescimento, devido ao choque do petróleo ocorrido no ano de 1973, com acentuada queda no consumo diante do desemprego, apresentando aspecto estrutural. Esse quadro caracterizou-se pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva, sem possibilidade de reinserção ao mercado de trabalho, além da incapacidade dos modelos produtivos taylorista e fordista de dar respostas satisfatórias às necessidades do mercado em plena expansão.

Com o intuito de superar tal crise, vários países buscam no modelo japonês de produção uma fórmula capaz de solucionar os problemas que abalam o sistema capitalista.

Desse cenário, emerge para os países capitalistas ocidentais um novo modelo de produção conhecido como toyotismo, criado no Japão, por Taichi Ohno¹¹ (1912-1990), como

¹¹ Taichi Ohno é considerado o pai do sistema Toyota. Nascido em Dairen, China, formou-se em Engenharia Mecânica na Escola Técnica de Nagoya e entrou para a Toyota Spinning and Weaving em 1932. Em 1943 foi transferido para a Toyota Motor Company. Em 1954 tornou-se diretor, em 1964 diretor gerente, em 1970 diretor gerente sênior, chegando a vice presidente executivo em 1975. Como grande idealizador do Sistema Toyota de Produção, propôs que as perdas presentes no sistema produtivo fossem classificadas em sete

um novo tipo de organização do trabalho, no período pós-Segunda Guerra Mundial, o qual tinha como característica adaptar-se a novas exigências de um mercado enfraquecido, criando-se um modelo flexível de trabalho.

As empresas passam a ser “enxutas”, com o mínimo de trabalhadores necessários, o trabalhador polivalente, multifuncional, a hierarquia passando a ser horizontal, com trabalho de células de produção, onde todos gerenciam a produção, cobrando uns aos outros os resultados esperados, produção específica e em menor número, pequenas unidades produtivas e estoque mínimo (*just-in-time*¹²).

Ohno, criador do sistema Toyota, afirma ser o aspecto original do sistema a articulação da continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista.

Assim,

Tanto o taylorismo/fordismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização científica da matéria viva, o trabalho) – todos eles, em maior ou menor proporção estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista. (ALVES, 2000, p. 33).

Alves (2000) ressalta ainda, como característica central do toyotismo, a vigência da “manipulação” do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo/fordismo.

Esse modelo de empresa e de organização social e gerencial do trabalho foi e ainda vem sendo referenciado como uma forma de organização da produção e do trabalho, cuja finalidade seria a de combinar as exigências da qualidade e da quantidade, contrapondo-se à especialização proposta pelo taylorismo através da polivalência, da rotação de tarefas e do trabalho em grupo.

grandes grupos: perda por superprodução (qualidade antecipada); perda por espera; perda por transporte; perda no próprio processamento; perda por movimentação; perda por estoque; e perda por fabricação de produtos defeituosos.

¹² Para Coriat (1994, p. 56), “[...] o just-in-time é a maior inovação organizacional da segunda metade do século XX.” Pode-se ainda considerá-lo como o cerne e o elemento distintivo do modelo de administração japonesa, pois é ele que representa o princípio do toyotismo: a gestão pelos estoques. O seu pressuposto constituinte é o princípio da “fábrica mínima” e da “administração pelos olhos”. Verifica-se que pelo método *just-in-time* a fábrica é colocada em “tensão”, ela passa a ser “tensionada”, uma vez que é a partir da fábrica que a produtividade deve ser obtida, do princípio da fábrica mínima que surge o de “produção enxuta” – *lean manufacturing*.

Importante ressaltar que a substituição do modelo taylorista-fordista pelo toyotismo é gradual, um processo ainda em desenvolvimento, sendo assim possível constatar que, em certos espaços, tais modelos coexistem.

Assim, ao longo dos anos 1990, o processo de reestruturação produtiva se desenvolve sob a condução do projeto ideopolítico de viés neoliberal, através da lean production, do sistema *just in time*, *kanban*¹³, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, dentre outros.

Na verdade, a idéia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso é importante uma nova concepção de linha de produção e um novo perfil de operário. (ALVES, 2000, p. 44).

O trabalhador polivalente é um dos pontos de ruptura do toyotismo com o taylorismo/fordismo, pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e controle de qualidade. Nesse caso, a racionalização do trabalho procedia por meio da parcelização e da repetitividade do trabalho, materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos e dos microtempos alocados e impostos, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas.

Verificou-se ainda que a política neoliberal impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. Nesse momento, a realização do trabalho sofreu várias transformações a fim de adaptar-se a um ritmo intenso de acumulação de capital.

Esse sistema de trabalho supôs e ainda supõe a flexibilização e a desmontagem dos direitos do trabalho, criando um processo de enorme fragmentação junto à classe trabalhadora.

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente nos desenvolvidos e logo depois nos subdesenvolvidos, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹³ O toyotismo apresenta protocolos organizacionais, que se inscrevem sob a via de racionalização do trabalho, que são: a autonomia/ auto-ativação, *just-in-time* / *kanban* e a polivalência operária. Esses protocolos organizacionais compõem os nexos contingentes do toyotismo, que são objetos de análises concretas da sociologia do trabalho.

Como resposta do capital à sua crise estrutural, várias mutações ocorreram e ainda vêm ocorrendo. Tem-se as formas flexibilizadas de acumulação capitalista, baseadas na reengenharia, que apresentam algumas consequências importantes, tais como:

- Crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação produtiva, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo;
- Enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado de trabalho precarizado – são os terceirizados;
- Aumento significativo do trabalho feminino e de forma precária, evidenciado especialmente na indústria calçadista francana através da costura manual domiciliar;
- Incremento dos assalariados médios e de serviços;
- Exclusão dos jovens e pessoas de meia idade no mercado de trabalho dos países centrais;
- Inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, trabalho infantil;
- Expansão do trabalho social combinado, onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e serviços;

Nas bibliografias a respeito do processo de reestruturação produtiva, verificam-se como palavras-chave desse processo flexibilização e flexibilidade, incidindo diretamente nas relações de trabalho e nas mudanças adotadas no perfil do Estado.

No caso do Brasil, é imperativo considerar o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. A expansão do capitalismo no Brasil não reproduz o modelo clássico dos países desenvolvidos. Quando o capitalismo europeu já estava na fase monopolista, o brasileiro realizava seu processo de acumulação do capital através do trabalho escravo.

No entanto, a globalização da economia propõe um modo único de gestão e organização do trabalho para todo o mundo capitalista, como se houvesse um modelo universal que pudesse ser transposto mecanicamente a todas as realidades.

Dessa forma, com os avanços tecnológicos, é possível hoje fragmentar a produção de uma mercadoria, em que seu início pode ocorrer em um continente e terminar em outro,

tornando o processo de terceirização um mecanismo capaz de permitir ao capital a busca incessante pelo menor custo.

Todavia, o que se verifica é que, com essa prática, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social (contribuição à previdência social, ou seja, acesso aos diversos tipos de aposentadorias e auxílios aos trabalhadores que se encontram cobertos pela mesma), substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como as cooperativas, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador, aviltando os direitos sociais.

Em nome da flexibilidade, funções nucleares já se inscrevem nas atividades terceirizadas, seja nas empresas privadas ou nos serviços públicos. Mas, em lugar da pretensa igualdade que permeia o discurso da globalização, acentuou-se o caráter excludente do padrão de acumulação, sobretudo nos países periféricos, como o Brasil, e em âmbito local, verificados através da indústria calçadista.

1.4 Mentalidades

A história das mentalidades nasce logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com um grupo de historiadores franceses como Lucien Febvre e Marc Bloch, o belga Henri Pirenne, geógrafos como A. Demangeon, sociólogos como L. Lévy-Bruhl, M. Halbwachs, dentre outros, que criam a partir de 1929 a “Escola dos Annales”¹⁴.

A história das mentalidades inicialmente apresentava-se integrante da denominada história social ou história econômica e social. Ariés (1990) pondera que a história tradicional tinha como foco de interesse grandes personalidades, elites, estadistas, pelos acontecimentos (guerras, revoluções) ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas) que eram dominadas por esses segmentos.

Já a história social interessava-se pelo conjunto da sociedade representada pela população em geral, os desprovidos de status social, político ou econômico. Ariés (1990)

¹⁴ A chamada Escola dos Annales é um movimento historiográfico que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, propunha-se ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos (*histoire évènementielle*), substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as “mentalidades”.

ressalta ainda que ocorreram fases consideradas importantes para a evolução da história das mentalidades, destacando-se a importância da história econômica como primeira história científica coletiva.

Le Goff (1993) reforça a assertiva de Ariés, ao considerar que antigamente o estudo das mentalidades era subjugado à história social, ou ainda à história econômica e social; a totalidade era, então, obtida pela economia. A história social compreendia ao mesmo tempo a história econômica e a história cultural. O estudo das mentalidades não se diferenciava do socioeconômico.

Le Goff (1976) afirma que a história das mentalidades deve estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, de crenças, valores, de equipamento intelectual, no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram. Para o autor, a história das mentalidades situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral.

Dessa forma, entende-se mentalidade como um conjunto de valores morais, espirituais, sociais e materiais criados em um determinado contexto cultural, socioeconômico, histórico e demográfico. A formação da mentalidade advém de processos sociais constantes de interação, competição, conflito, solidariedade, entre outros, expresso em costumes, ideias e no modo de vida como um todo.

Costa (2007) afirma que a mentalidade é a manifestação do processo histórico resultante de diversos processos sociais, em virtude de múltiplas e complexas interrelações, sendo que sua compreensão só é possível a partir da análise do homem dentro de um grupo social ao qual ele está inserido, levando-se em consideração que o homem não vive só, mas em uma sociedade em constante interação com os demais, incluindo aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos e ideológicos.

Segundo Carloni (2006), para se conceituar mentalidade deve-se compreendê-la como padrões individualizados de comportamento, ou seja, as características são pessoais, porém formadas no social, em um conjunto de interações e trocas com outros indivíduos, isto é, no conceito uno-múltiplo de um ser humano.

Dessa forma, a definição de mentalidade configura-se como tarefa complexa por abarcar diversas áreas do conhecimento e orbitar pela esfera da subjetividade humana, seja na escolha dos conceitos ou na interpretação singular.

Nessa vertente há a formação de dois saberes. O científico, investigando, por meio da sistematização rigorosa a realidade dos homens em suas sociedades, eventos empiricamente

conhecidos, a compreensão e o prognóstico de novas evidências para a construção de conhecimentos. O simbólico (símbolos e signos), com a representação de elementos de expressão subjetiva da realidade.

Dessa forma, o estudo das mentalidades mostra-se essencial na compreensão do universo sócio-histórico, por constar de um domínio temporal, utilizando-se não somente de documentos oficiais, mas muitas vezes por fatores que determinam a sua consciência autorreflexiva, como a arte, costumes, crenças e ritos. Assim, cada manifestação particular pode aparentemente ser insignificante, porém está encoberto pelas emoções, atitudes, comportamentos e representações, como atos inconscientes, uma vez que se remete à memória, às lembranças.

Carloni (2006, p. 17) considera que,

Para se entender a essência da mentalidade, faz-se necessário a análise e o paralelismo do que é cultura, identidade e ideologia, tudo isso aliado ao âmbito do trabalho. Todas essas divisões estão contidas em um mesmo campo lexical, podendo até se dizer num mesmo campo semântico. Porém, elas todas emolduram o conceito de mentalidade. A manifestação de todas elas se dá de modo dinâmico e só se produz na interação social, isto é, decorrente de fatos históricos e sociais, os quais são analisados por meio de símbolos, valores e sua interação com o coletivo e o trabalho.

Em suma, entende-se que os termos cultura, identidade, ideologia e mentalidade possuem interface entre si, mas não soam como sinônimos.

Tais categorias se formam em ambientes diferentes. A identidade é estabelecida no individual, a partir de contatos com outras identidades, em um processo relacional. É um elemento que se apresenta individualmente, podendo conter traços do todo, porém não determina o grupo. A exposição a diversas identidades faz com que o indivíduo escolha, assimile ou rechace novas identidades. Em suma, identidade apresenta-se como construção individual em uma sociedade.

Ideologia é a dominação pelo trabalho, um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico. Assim, o discurso tem uma dimensão ideológica que relaciona as marcas deixadas no texto com as suas condições de produção, que se insere na formação ideológica. A dimensão ideológica do discurso pode tanto transformar quanto reproduzir as relações de dominação.

A cultura apresenta-se como a aquisição de valores de uma comunidade por todos os membros. Dentre os inúmeros significados que a palavra cultura pode ser usada, ater-se-á ao conceito de cultura considerado o mais moderno, aquele definido pelo antropólogo Edward

Burnett Tylor (1920), ligado à escola evolucionista. Pois, segundo este autor, a cultura seria um complexo composto pelo conhecimento, pelas crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Ou seja, corresponde à organização de um povo, seus costumes, tradições, mitos, vivências transmitidas de geração a geração, isto é, equivale à cultura simbólica, pois existe somente no plano da mente das pessoas, englobando inclusive a definição de identidade.

Considera-se que cultura é de suma importância, pois a partir dela é que se forma o conceito mentalidade. Porém, ela como conceito isolado não forma o objeto de nossa pesquisa, havendo outros constituintes para determinar a mentalidade.

A mentalidade apresenta característica ampla, abarcando todas essas categorias, ao trabalhar o aspecto socioeconômico que é obtido pela cultura, além das determinações da demografia, onde a história demográfica, através de dados estatísticos, permitia trazer à tona realidades ocultas.

Verifica-se, portanto, que o conceito de mentalidade tem elementos cognitivos, afetivos e valorativos, abrangendo os conhecimentos formais e as crenças. Ademais, o contato direto com as pessoas em um sentido formal (socialização primária) e a exposição dos meios sociais como a educação e mídia implicam ações e atuação na estrutura social.

Pode-se considerar a mentalidade como uma construção socialmente herdada, contínua e lógica, porém pode ser agregada, mudada ou até mesmo superada, com avanços e recuos.

Dessa forma, pelo fato de o homem não viver só, entende-se mentalidade somente ao estudar o homem dentro do grupo social ao qual ele está integrado e se desenvolve. Sendo que, neste trabalho, o homem é analisado segundo os autores estudados Pizzo (1999), Carloni (2006) e Costa (2007), que o inserem na dinâmica da indústria calçadista como empresários da indústria calçadista.

Os aspectos de mentalidade têm acompanhado simultaneamente os processos da vida cotidiana das pessoas. A reflexão sobre a dimensão social, econômica, demográfica, histórica e cultural está profundamente vinculada com as relações sociais. Indicando o conteúdo social, econômico e cultural como processo que remete à dinâmica da vida cotidiana das pessoas, pode-se dizer que são aspectos que estão presentes ao longo da história da humanidade, e têm estado associados às relações capitalistas de produção.

Dessa forma, neste trabalho, a análise das dissertações produzidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social não se trata de uma escolha aleatória, mas impulsionada por diversos fatores, seja de ordem acadêmica, profissional, mapeamento e contribuição com as pesquisas do Grupo de Pesquisa Mentalidade e Trabalho: do Local ao global, onde a autora é

integrante, além de questionamentos ao longo da graduação que encontram a necessidade de aprofundamento, dentre outros.

Assim, concorda-se que os atores sociais agem de acordo com os traços de mentalidade que apresentam. Neste trabalho, o intuito de apresentar estudo sobre a categoria mentalidade é essencial ao considerar que, dentro do recorte temporal de estudo (1999 a 2009) das dissertações que apresentam temáticas que realizem interface com a indústria calçadista de Franca, foi possível elencar três trabalhos que têm como foco principal o estudo da mentalidade dos atores sociais inseridos na dinâmica da indústria calçadista e refletem diretamente sobre o perfil da indústria calçadista.

CAPÍTULO 2 SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Este segundo capítulo da dissertação objetiva discutir os rumos da produção do conhecimento em Serviço Social, apresentando breve histórico sobre a criação da profissão e as influências sobre sua institucionalização.

O Serviço Social assume a produção do conhecimento como possível contribuição da profissão para compreensão e solução de problemas sociais que afetam a grande maioria da população brasileira, identificando questões pertinentes à natureza e significado da profissão, sobre o Estado, as Políticas Sociais, o papel dos Movimentos Sociais, dentre outros, e principalmente estudo da realidade social.

Sua emersão como profissão, a fim de intervir nas sequelas da questão social, vincula-se a um contexto de conflito entre o capital e o trabalho, decorrentes das expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado.

A institucionalização da profissão, de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

A partir dos anos 1930, a configuração da questão social, no bojo da economia capitalista, reflete-se no avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado.

2.1 Particularidades do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil

Discorrendo sobre as particularidades do processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, evidencia-se a mobilização do Estado e empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da questão social na década de 1930, como pontuado acima, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política.

A questão social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos

da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na constituição/atribuição da identidade da profissão. (YAZBEK, 2009, p. 129).

Dessa forma, pode-se relacionar o surgimento do Serviço Social com as sequelas próprias da ordem burguesa, em especial àquelas concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como se revela a partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo. (KAMEYAMA, 1998, p. 34).

Sua emergência como profissão se deu nos anos iniciais do século XX, momento de organização do Estado e das legislações sociais segundo os princípios de regulação social liberal e consolidação das ciências no âmbito acadêmico.

A regulação das tensões entre as classes sociais são assumidas pelo Estado mediante um conjunto de iniciativas, tais como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Salário Mínimo. Nesse cenário, o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional.

Nesse período, surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, no ano de 1936, em São Paulo, pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o qual tinha o objetivo de viabilizar uma formação baseada na Doutrina Social da Igreja, fundamentando, assim, uma ação eficiente das trabalhadoras sociais.

No campo teórico, as primeiras décadas do Serviço Social no Brasil tiveram influências do pensamento social da Igreja e conservadora, principalmente, da sociologia norte-americana. Tiveram como referência as Encíclicas Papais¹⁵, pela abordagem da escola Franco-Belga e as análises funcionalistas norte-americanas com as “metodologias de ação”: caso, grupo e comunidade.

A influência da Igreja Católica se dá com particular importância ao ser a responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Nessa relação com a Igreja Católica, o Serviço Social brasileiro passa a

¹⁵ No que se refere ao papel assumido pela Igreja Católica, verifica-se que desde o século XIX, esta decide intervir na questão social, almejando recuperar suas áreas de influência e privilégios perdidos, devido a decadência da moral e costumes cristãos. Dessa forma, o Clero visualizava a questão social segundo os preceitos estabelecidos nas Encíclicas Papais: *Rerum Novarum* (Leão XIII – 1891) e *Quadragesimo Anno* (Pio XI – 1931). Segundo Barroco (2005), a *Rerum Novarum* afirmava a desigualdade como algo natural e necessário à reprodução da “ordem harmônica”. A crítica ao sistema capitalista era limitada aos seus excessos e não apresentava como foco a essência do modo de produção e ao seu caráter histórico. Apelava-se apenas para o espírito cristão dos empregadores, pedindo-lhes que respeitassem a dignidade de seus operários. Já a Encíclica *Quadragesimo Anno*, partia da ideia de restauração dos costumes e da reforma social, onde os católicos deveriam organizar-se através de movimentos que visassem a reconstrução da sociedade, contudo, sem questionar as suas bases fundamentais.

fundamentar a formulação de seus objetivos iniciais sobre políticas sociais, com orientação de cunho humanista conservador, na perspectiva de recuperar a hegemonia do pensamento social da Igreja em face da questão social.

Nesse período foram privilegiados os aspectos técnico-operativos, em decorrência do caráter interventivo da profissão e em detrimento da produção do conhecimento na formação dos assistentes sociais como profissionais.

Martinelli (2000, p. 122) alerta que “[...] o Serviço Social brasileiro não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de ideias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico conjuntural que caracterizava o país naquele momento.”

Dentre os principais fatores da realidade brasileira, a autora destaca que a acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial nacional e na vinculação da economia com o mercado mundial.

Os primeiros passos operacionais do Serviço Social no Brasil se dão no interior do movimento católico, como já pontuado, sendo que o processo de profissionalização e legitimação encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, como a criação do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938; a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942; e do Serviço Social da Indústria (SESI) e da Fundação Leão XIII, ambos em 1946.

Lara (2008) ressalta que a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; e sim, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. Portanto, é na consolidação da sociedade burguesa madura que surge o Serviço Social, com sua base sustentada nas modalidades do Estado burguês, que se defronta com a “questão social” por meios das políticas sociais.

Verifica-se que, ao tornar-se uma profissão remunerada, o Serviço Social atrai as camadas pobres da sociedade, a pequena burguesia e os setores médios, que passam a compor o novo quadro de assistentes sociais. Deixando de ser, assim, um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma das engrenagens da execução da política social do Estado e dos setores empresariais.

No contexto do mundo, vivenciava-se a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a emergência dos Estados Unidos como nova potência mundial. Dessa forma, o Brasil sente os

influxos dessa dinâmica, com a supremacia norte-americana demonstrando empenho em estreitar os laços, claramente direcionados aos interesses econômicos e políticos.

Tal aproximação tem rebatimentos no Serviço Social, quando em 1941 ocorre um intercâmbio cultural que se iniciou com o Congresso Internacional de Serviço Social em Atlantic City, nos Estados Unidos. Isso possibilitou aos assistentes sociais que participaram do Congresso observar a operacionalização do Serviço Social na realidade norte-americana, trazendo para o Brasil as técnicas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, instrumentos utilizados naquele país.

Nos anos 1950, tem-se o processo de industrialização pesada no Brasil, caracterizado pelo avanço considerável dos setores da indústria de base e da produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, apresentando uma nova demanda profissional aos assistentes sociais, que foram chamados a participar da temática de superação do subdesenvolvimento.

Para Maria Ozanira Silva (2007), o Serviço Social passa a ter presença significativa no projeto de desenvolvimento nacional quando, durante a década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenham em sistematizar o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Em 1961 é realizado no Rio de Janeiro o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, evento que apresentava a necessidade de vincular o Serviço Social às exigências da sociedade brasileira, apresentando o imperativo de se aperfeiçoar o aparelho conceitual do Serviço Social e de elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais.

A conjuntura brasileira e mundial do período caracterizado pelas ditaduras militares ocorridas, especialmente na América Latina, somada ao surgimento de uma esquerda católica e à difusão do movimento estudantil tem rebatimentos no Serviço Social através da atuação de profissionais em comunidades e o questionamento da subalternidade da profissão, caso não vinculasse o Serviço Social à realidade e exigências da sociedade brasileira.

De acordo com Aguiar (1982), no período de 1960 a 1964, é registrada a atuação de um grupo restrito de profissionais que partem para uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças estruturais; no entanto, em decorrência do cenário (Ditadura Militar), os questionamentos mais radicais desse grupo foram censurados devido aos fundamentos do novo regime¹⁶.

¹⁶ Segundo Maria Ozanira Silva (2007, p. 30), os fundamentos eram baseados numa Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento vinculada a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e ao pensamento católico de tendência conservadora.

Assim, verifica-se que somente na segunda metade do século XX inicia-se o processo de produção do conhecimento em Serviço Social, com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais.

2.2 A Pós-graduação em Serviço Social e os rumos da pesquisa

O Serviço Social insere-se na Pós-graduação especificamente no ano de 1972. Inicialmente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e, mais tarde, no mesmo ano, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com a proposta de ruptura com o conservadorismo, desencadeando na profissão um processo de renovação amplo, que se expressou em diferentes instâncias do Serviço Social brasileiro e, sobretudo, nas instituições de ensino e pesquisa e nas organizações de representação da categoria.

Para Simionato (2004), as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no final do século XX colocaram diversos desafios para o conhecimento e para os modelos de interpretação de mundo, provocando alterações importantes na trajetória do Serviço Social, reveladas na busca constante pela renovação de seus recursos, tanto teóricos como práticos.

O processo de renovação, denominado de Reconceituação, inicia-se em um contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam a expansão do capitalismo mundial.

Dessa forma, verifica-se que o Serviço Social assume aos poucos as inquietações e insatisfações do momento histórico¹⁷ vivenciado, rebatendo em um questionamento de suas bases teórico, metodológica, operativa e política.

Assim, o Movimento de Reconceituação atinge a América Latina, inclusive o Brasil, apresentando aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto profissional que esteja comprometido com as demandas das classes trabalhadoras. É nesse período que ocorre a interlocução com o Marxismo, configurando ao Serviço Social a apropriação da teoria social de Marx.

No bojo do Movimento de Reconceituação delineiam-se tendências que configuram para a profissão linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica e que tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos subseqüentes ao movimento e se conservarão presentes

¹⁷ Ditaduras Militares em diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil, iniciada em Abril de 1964.

até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais. (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 28)

O Movimento de Reconceituação pode ser dividido em três momentos, segundo Paulo Netto (2005):

- O primeiro momento refere-se à segunda metade dos anos 1960, tendo como principal organizador o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS). É pontuado por Paulo Netto (2005) como o período da perspectiva modernizadora, uma vertente que não apresentava questionamentos a ordem política estabelecida pela Ditadura Militar, tendo por pressuposto adequar o Serviço Social às exigências do período. A perspectiva modernizadora se afirma a partir dos encontros organizados pelo CBCISS. O primeiro ocorre entre 19 e 26 de março de 1967, na cidade de Araxá (MG), e o segundo acontece em Teresópolis (RJ), entre os dias 10 e 17 de janeiro de 1970;

- O segundo momento é verificado durante os anos 1970, no qual tem notabilidade a participação dos cursos de Pós-graduação, além da presença do CBCISS. É apresentado por Paulo Netto (2005) como o período de reatualização do conservadorismo. A reatualização também é organizada pelo CBCISS e composta pelos encontros no Centro de Estudos de Sumaré e no Alto da Boa Vista, ambos realizados no Rio de Janeiro em 1978 e 1984, respectivamente;

- E o terceiro Momento ocorre nos anos 1980, com a intervenção de organismos ligados às agências de formação, como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), ou diretamente vinculados à categoria profissional. Paulo Netto (2005) considera esse período como intenção de ruptura. Tal tendência aproxima-se dos conceitos marxistas, compromete-se com as classes populares, verificando-se um questionamento da ordem burguesa.

O processo de construção da hegemonia a partir de outros referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão ocorre com amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e organizativa, permeando a produção intelectual da área, fortalecido através dos programas de Pós-graduação.

Nesse certame, verifica-se que a emergência da Pós-graduação possibilita a manifestação de um espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas que estão presentes no debate profissional.

Assim, a pesquisa possibilita uma fecunda integração entre o ensino de graduação e pós-graduação, contribuindo para imprimir padrões de excelência acadêmica à instituição universitária no exercício de suas funções precípuas, que não podem ser reduzidas à transmissão de conhecimentos e à formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

No ano de 1981 tem-se a criação do primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

No Brasil, como resultado da pesquisa científica e do seu reconhecimento pelas agências de fomento como área de produção do conhecimento, desde o final dos anos 1980, verifica-se uma produção científica e bibliográfica própria, expandida cada vez mais para outros países da América Latina, reconhecida pela sua qualidade e pelo diálogo que vem estabelecendo com importantes teóricos e intelectuais a respeito do caráter crítico de análise da realidade social.

O curso de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca, foco de estudo, inicia-se no ano de 1992, tendo a primeira dissertação defendida no ano de 1995, por Helen Barbosa Raiz Engler¹⁸, com o título Serviço Social: um instrumento a serviço da filosofia empresarial?

No ano de 1993 tem-se a criação da revista Serviço Social e Realidade, um periódico de circulação em âmbito nacional que representa a produção do conhecimento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista-Unesp/Franca, que tem como uma de suas principais linhas de pesquisa: Serviço Social – Mundo do Trabalho.

Simionato (2004), em sua análise, privilegia as particularidades de cada período histórico, afirmando que o conhecimento produzido nos Programas de Pós-graduação a partir dos anos 1970 permitiu a incorporação do pensamento crítico, que sustentou nos anos 1980 a construção de um novo projeto profissional. A apropriação do pensamento dos autores clássicos das Ciências Sociais sustentou a recriação da capacidade de análise, de interpretação e de intervenção na realidade do Serviço Social, que emergia como área de conhecimento.

A Pós-graduação *Strictu Sensu* em Serviço Social no Brasil, iniciou-se na década de 1970, impulsionada por professores e profissionais motivados

¹⁸ Atualmente é Professora Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – Câmpus Franca. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa: Mentalidades e Trabalho do local ao global e orientadora deste trabalho.

pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica, a produção científica e a prática profissional com fundamentos teórico-metodológicos também construídos no interior do exercício acadêmico e profissional. (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 42).

Kameyama (1998), realizando um balanço sobre a trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social, no período de 1975 a 1997, destaca que o Serviço Social, a partir dos anos 1980, começou a produzir seus conhecimentos e não apenas a aplicar aqueles produzidos por outras áreas, especialmente pelas Ciências Sociais.

O Serviço Social, a partir dos anos 80, não se limita a consumir os conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas torna-se também produtor de conhecimentos que subsidiam as reflexões dos Assistentes Sociais na formação e na prática profissionais. (KAMEYAMA, 1998, p. 71).

No conhecimento produzido, observou-se a “interlocução interdisciplinar” ao incorporar as contribuições de saberes advindos especialmente da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia, da Economia e da Teoria Política. Intensificou-se a pesquisa com aumento considerável de projetos, grupos de pesquisa, fóruns e espaços de divulgação de pesquisas, principalmente no espaço acadêmico do Serviço Social.

Na análise de Simionato (2004), a organização e a sistematização do conhecimento em Serviço Social ganharam força com a criação de veículos de divulgação importantes, como os cadernos de Pesquisa CEDEPSS¹⁹ e os cadernos ABESS²⁰, que circularam entre 1986 e 1998.

Ao longo da história, particularmente a partir da década de 1970, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS vem assumindo uma posição de vanguarda na tarefa de pensar a formação profissional, no que diz respeito à elaboração/reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à implantação da pós-graduação e à produção científica, particularmente a partir de 1987, com a criação do Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço

¹⁹ Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) – criado em 1987 para atender as novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-graduação, ocorridos em 1972. No ano de 1998, o CEDEPSS é incorporado a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS).

²⁰ A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. No ano de 1979 passa a denominar-se Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Na segunda metade da década de 1990, a denominação é novamente alterada para a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre Graduação e Pós-graduação, aliada também à necessidade da explicação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior.

Social – CEDEPSS como órgão acadêmico, com o objetivo de estimular a produção de conhecimentos na área de Serviço Social e ao mesmo tempo criar espaços para a divulgação das pesquisas, além de outras iniciativas que atestam a sua preocupação com o avanço da formação e da prática profissional do Assistente Social. (KAMEYAMA, 1998, p. 47-48)

O florescimento e a consolidação de um amplo leque de temas no campo da pesquisa em Serviço Social sinalizam o avanço significativo da produção do conhecimento na área, em termos tanto de rigor teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, como da ampliação de conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, que implicam a constituição e o desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da democracia, da cidadania, das Políticas Sociais e do Serviço Social, dentre outros.

Kameyama (1998) aponta que a área de Serviço Social, no que diz respeito à produção de conhecimento, engloba vasta e variada gama de temáticas, na medida em que ocorre cada vez mais uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade.

Verifica-se que os Programas de Pós-graduação, particularmente a produção intelectual produzida no interior desses Programas, passaram a desempenhar papel relevante no desenvolvimento da área de Serviço Social, à medida que sobre eles recai grande parte das expectativas de atender aos desafios que se colocam para a profissão, no sentido de aprofundar os conteúdos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que sustentam o Serviço Social.

O Serviço Social, no que diz respeito à pesquisa e à produção do conhecimento nos programas de pós-graduação da atualidade, envolve amplas e diversificadas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

Conforme dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²¹ (2010), do Ministério da Educação, a área de Serviço Social possui 27 programas de pós-graduação, sendo: 15 em Serviço Social, dos quais 01 em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; 07 em Política Social, dos quais 01 em Política Social e Cidadania; 01 em Política Social e Serviço Social; 03 em Políticas Públicas, sendo um deles em Política Pública e Desenvolvimento Local; e 01 em Economia Doméstica.

Dos 27 programas de Pós-graduação, 10 possuem cursos de Doutorado e Mestrado, a saber: PUC/RS, PUC/SP, PUC/RJ, UFMA, UFRJ, UFF, UFPE, UNB, UNESP, UERJ, e os

²¹ CAPES (2010, online).

demais UEL, UFSC, UFPA, UFRN, UFAL, UFPb-JP, UFES, FUFIP, UFJF, UCSAL, PUC/GO, UFAM, UFMT, UFV, UNICSUL, EMESCAN²² possuem apenas curso de Mestrado.

Verifica-se ainda que, dos supracitados programas, 19 são em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 08 em Instituições particulares. Desses, 06 encontram-se em Instituições Comunitárias e 08 em Instituições Particulares.

Carvalho e Silva (2005, p. 75) afirmam que,

[...] uma vez que a origem e o desenvolvimento de uma profissão, dentre outros elementos, repousam fundamentalmente no “corpus teórico” que funda a habilidade e a autoridade profissional, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os fenômenos sociais que constituem matéria do Serviço Social, refletindo criticamente sobre o novo modo de produzir conhecimento e assim, contribuir para o debate ético sobre o papel do conhecimento na sociedade contemporânea e participar do debate sobre os desafios que a realidade coloca na contemporaneidade.

A evolução acadêmica do Serviço Social e mais precisamente sua inserção entre as disciplinas capazes de produzir e divulgar conhecimento científico sobre a realidade social apresentam dois momentos marcantes: a inserção de cursos de Pós-graduação isolados, na sua maioria ligados a instituições da Igreja Católica e em Universidades Federais, e o reconhecimento da profissão pelas agências de fomento.

O Serviço Social insere-se na área de conhecimento integrante da grande área de Ciências Sociais Aplicadas na CAPES, produzindo conhecimento, sobretudo, articulado com a possibilidade de intervir na realidade social.

No ano de 1984, o Serviço Social obtém reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de pesquisa, sendo-lhe atribuídas as seguintes linhas de investigação: Fundamentos do Serviço Social;

²² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPb-JP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFIP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Pontifícia Universidade Católica do Goiás (PUC/GO), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAN).

Serviço Social Aplicado, mais recentemente; Serviço Social do Trabalho; Serviço Social da Educação; Serviço Social do Menor; Serviço Social da Saúde; Serviço Social da Habitação.

Atualmente, o Serviço Social integra – juntamente com as áreas de Direito, Comunicação, Economia, Administração, Arquitetura, Demografia e Economia Doméstica – a grande área de Ciências Sociais Aplicadas. (KAMEYAMA, 1998).

Verifica-se o acúmulo do Serviço Social em conhecimentos e pesquisas que expressam as particularidades de sua inserção na sociedade, expressos face ao agravamento da questão social, cujas manifestações mais visíveis incidem sobre os indicadores de desigualdade e pobreza.

No período dos anos 1980 houve certa densidade do debate teórico, o que gerou maior visibilidade acadêmica e científica da profissão. A pesquisa, que até então não era uma realidade determinante do modo de ser e existir do Serviço Social, passou a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica proporcionou avanços no arsenal teórico-metodológico da profissão, o que ultrapassou da condição de mero executor de políticas, programas e projeto sociais para assumir, nos últimos 20 anos, a condição de planejadores e gestores das políticas sociais, fazendo crescer o material bibliográfico produzido pela área.

Ampliou-se o debate com diversos autores, iniciando-se a interlocução da profissão com a obra de Marx, não de forma homogênea – em alguns casos de maneira enviesada e com duvidoso rigor teórico. Posteriormente, nos anos de 1980, com outros pensadores da tradição crítica, como Antonio Gramsci – com a abordagem acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia; com Georg Lukács – na discussão da centralidade do trabalho e dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller – na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson – na concepção acerca das “experiências humanas”; com Eric Hobsbawm – na contribuição sobre a interpretação marxista da história além de outros importantes estudiosos críticos.

Em âmbito nacional, a Pós-graduação em Serviço Social ganhou espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às demais agências de fomento durante os anos 1980. O país passou a oferecer cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A qualidade e o volume da produção científica revelam uma profissão que alcançou sua maturidade intelectual. (PAULO NETTO, 1996).

Na formação profissional, a pesquisa recebeu um tratamento específico com as novas diretrizes curriculares de 1996. A pesquisa, na graduação, deve perpassar os três núcleos de

fundamentação que compõem o currículo do Serviço Social. A investigação passou a ser compreendida como dimensão constitutiva da práxis do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre os processos sociais e a reconstrução do objeto da ação profissional. A postura investigativa do assistente social é essencial para a sistematização teórica da realidade social.

Carvalho e Silva (2005) afirmam que, seja no âmbito da realidade nacional, seja internacional, o Serviço Social vem se especializando no tratamento de questões relacionadas às Políticas de Estado e às iniciativas da sociedade civil no campo do enfrentamento de demandas e necessidades sociais da população, além da centralidade que historicamente vem atribuindo à produção do conhecimento sobre temáticas específicas da profissão.

José Filho (2009) ressalta que pensar a produção do conhecimento em Serviço Social é pensar na própria prática profissional, nem sempre vista como produtora de saberes.

Cabe ao Assistente Social realizar pesquisas em seu espaço de trabalho, a fim de conhecer profundamente o perfil dos seus usuários e poder atuar de forma mais efetiva na realidade apresentada. Dessa forma, a pesquisa passa a ser pensada a partir de sua intrínseca relação com o exercício profissional, pois, se o espaço de intervenção são as expressões da “questão social”, nada mais coerente do que investigar, conhecer, compreender, para depois, dentro do campo das possibilidades postas pelas determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, realizar uma prática que tenha relevância para o segmento social atendido.

A postura investigativa do assistente social é essencial para a sistematização teórica da realidade social. A pesquisa traz a possibilidade de potencializar o entendimento e o enfrentamento das desigualdades sociais, oferecendo subsídios suficientes para a superação do pragmatismo.

Torna-se importante questionar que a necessidade da pesquisa não parte e nem deveria somente partir exclusivamente da Universidade, como polo de desenvolvimento científico e tecnológico, mas também do cotidiano de trabalho, dos questionamentos vivenciados no dia a dia de trabalho.

Setúbal (2005, p. 23) alerta que “[...] não podemos considerar a pesquisa apenas como resultante da formação da pós-graduação, nem dos estímulos que essa apresenta à produção do conhecimento científico”, pois seria desconsiderada a necessária sistematização dialética para a intervenção profissional, ou seja, a pesquisa é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese na universidade ou na análise socioeconômica na instituição social. Pelo menos, assim deveria ser pensada desde a origem do Serviço Social.

Santos e Santos (2009, p. 41) apontam que a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social corresponde à sua dimensão teórica, e condiz com a “[...] sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional.”

Dessa forma, considera-se importante que a produção de conhecimentos em Serviço Social não fique restrita apenas à Universidade, aos cursos de Pós-graduação, mas que permeie por todas as esferas de atuação do Assistente Social, seja como um pesquisador inserido estritamente no âmbito universitário, seja ao profissional em seu lócus de trabalho, que apresentem a necessidade de qualificar e quantificar o perfil da população atendida, a fim de que através dos dados obtidos possa realizar uma prática com referências teórico-práticas.

Dessa forma, a Pós-graduação em Serviço Social deve se destacar na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão, contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social. Como também, deve contribuir na construção e consolidação das Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais, favorecendo, dessa maneira, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente apresentadas por segmentos organizados da sociedade brasileira, sendo um lócus de possibilidades e renovação profissional para o Assistente Social imerso em seu local de trabalho.

Pois, a pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimentos que são procedimentais. Sendo assim, é de suma importância a interlocução dos profissionais em seus locais de trabalho, com a participação de grupos de pesquisa nas universidades, grupos temáticos sobre as áreas de atuação e a participação em eventos acadêmicos da categoria, a fim de realizar discussão a respeito das pesquisas.

Assim, concorda-se com Guerra (2009) quando a mesma refere que a pesquisa é essencial para o Serviço Social, pois garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento.

No caso do Serviço Social, sabe-se que a pesquisa e a produção do conhecimento tornaram-se pré-requisitos essenciais ao assistente social. Por meio da investigação científica, que na verdade é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, pode construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas nas suas intervenções

profissionais. Entende-se que a sistematização relacionada à pesquisa se refere a um processo de intenso relacionamento entre sujeito e realidade social, em que o conhecimento é apreendido e produzido a partir desta relação, pois o conhecimento não é autônomo.

Pode-se dizer que o Serviço Social foi iniciado sobre as bases da teoria social da Igreja, passou para a concepção positivista de uma sociologia conservada permeada por ecletismos e, com o movimento de reconceituação, sofreu influências de um amplo leque de abordagens teóricas das ciências sociais, das perspectivas funcionalistas, fenomenológicas, passando pelo vulgarismo teórico até as fontes da teoria social crítica. Tais influências foram simultâneas e emergiram de acordo com as determinações históricas do país, mas, principalmente, com a necessidade da profissão em dar respostas que se aproximassem da realidade social brasileira.

No capítulo seguinte será apresentado como se deu o processo de produção de conhecimento sobre a indústria calçadista através da análise das dez dissertações de Mestrado, objetos de estudo.

CAPÍTULO 3 DISSERTAÇÕES EM EVIDÊNCIA: Análise das dissertações produzidas entre 1999 a 2009 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Neste terceiro capítulo, são apresentadas as dez dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp – Câmpus Franca – objeto de estudo – e como se deu o processo de produção de conhecimento pelos autores, realizando uma análise da apreensão dos pesquisadores sobre a realidade local.

3.1 Percurso Metodológico

Metodologicamente, a pesquisa é de cunho bibliográfico, com a análise temática das dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp – Câmpus Franca no período de 1999 a 2009, na linha de pesquisa Mundo do Trabalho com interface com as discussões acerca da indústria calçadista de Franca/SP.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. O supracitado autor apresenta como vantagens da pesquisa bibliográfica o tipo de pesquisa que permite ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente.

Entende-se ainda que a Bibliografia é o conjunto dos livros e artigos escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da Humanidade.

Para tanto, foi realizado primeiro um mapeamento dos trabalhos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, onde foi possível pré-selecionar doze dissertações defendidas no período de 1999 a 2009.

Das doze dissertações pré-selecionadas cinco delas foram obtidas no site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, especificamente os trabalhos defendidos a partir do ano de 2006, onde se tornou como exigência, na entrega do material para defesa, uma cópia em CD, a saber:

TABELA 1 - Dissertações disponíveis no site do Programa de Pós-graduação em Serviço Social²³

Nome do Autor	Título da Dissertação	Ano de Defesa
1. Maurilo Casemiro Filho	Trabalho Infantil?	2006
2. Reginaldo Guiraldelli	Ser negra na precariedade das relações de trabalho.	2006
3. André Ramos Carloni	Mentalidade Empresarial: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem.	2006
4. Denise Gisele Silva Costa	Mentalidades: desafios para o Serviço Social e para o Sapato Francano.	2007
5. Alice Moraes Braga	O tempo de trabalho e os demais tempos sociais: realidade de mães que costuram sapatos em Franca/SP.	2009

²³ Vale ressaltar que todas as dissertações encontram-se no acervo da Biblioteca. O que se verifica é que algumas foram digitalizadas e também podem ser acessadas pela internet.

Do restante, duas dissertações foram obtidas através do site da Biblioteca, com o processo de digitalização dos trabalhos, a saber:

TABELA 2 - Dissertações disponíveis no site da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca

Nome do Autor	Título da Dissertação	Ano de Defesa
1. Maria Helvira A. Andrade Hansen Martins	O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca/SP.	1999
2. Marta Regina Farinelli	A relação entre Trabalho e Educação nas Indústrias Calçadistas de Franca/SP.	2003

As cinco últimas dissertações foram adquiridas no acervo impresso da Biblioteca, pelo sistema de empréstimo a aluno, a saber:

TABELA 3 - Dissertações disponíveis somente no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca

Nome do Autor	Título da Dissertação	Ano de Defesa
1. Ana Luiza Vilhena Pizzo	A Mentalidade do empresário calçadista francano: existe espaço para o Serviço Social?	1999
2. Raquel de Freitas	O trabalhador desempregado diante do caos e do sofrimento psíquico: o despertar do avesso.	2000
3. Luciane Pinho de Almeida	Do lar para o trabalho	2000
4. Leda Mara Bertoloto Nuñez	Centralidade do Trabalho – reflexões sobre o seu significado na velhice.	2001
5. Ricardo Lara	As determinações do trabalho (in)visível.	2005

As dissertações escolhidas inicialmente foram pré-selecionadas através dos títulos, da leitura dos resumos, palavras-chave, introdução, considerações iniciais e finais. Todavia, do total de doze dissertações, dez foram selecionadas como objeto de estudo por contemplar integralmente a proposta de trabalho, que é analisar como se dá a produção do conhecimento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da linha de pesquisa Mundo do Trabalho com interface com a indústria calçadista de Franca.

Assim, do material selecionado, foram analisados como se deu a discussão sobre as categorias analíticas em estudo: *Mentalidade; Trabalho e Relações de Trabalho e Reestruturação Produtiva*. Ressalte-se que algumas dissertações contemplavam mais de uma categoria de análise.

Na tabela abaixo são apresentadas as dissertações objeto de nosso estudo, com a identificação dos autores, título dos trabalhos, ano de defesa e a categoria ao qual foi integrada para discussão.

TABELA 4 - Dissertações – Objeto de Estudo²⁴

Nome do Autor	Título da Dissertação	Ano de Defesa	Categoria para Análise
1. Ana Luiza Vilhena Pizzo	A Mentalidade do empresário calçadista francano: existe espaço para o Serviço Social?	1999	Mentalidades
2. Maria Helvira A. Andrade Hansen Martins	O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca/SP.	1999	Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva
3. Raquel de Freitas	O trabalhador desempregado diante do caos e do sofrimento psíquico: o despertar do avesso.	2000	Trabalho e Relações de Trabalho
4. Marta Regina Farinelli	A relação entre Trabalho e Educação nas Indústrias Calçadistas de Franca/SP.	2003	Trabalho e Relações de Trabalho

²⁴ Tabela elaborada pela autora da dissertação com o objetivo de facilitar a apresentação das informações sobre os trabalhos analisados.

Nome do Autor	Título da Dissertação	Ano de Defesa	Categoria para Análise
5. Ricardo Lara	As determinações do trabalho (in)visível.	2005	Reestruturação Produtiva; Trabalho e Relações de Trabalho
6. Maurilo Casemiro Filho	Trabalho Infantil?	2006	Trabalho e Relações de Trabalho
7. Reginaldo Guiraldelli	Ser negra na precariedade das relações de trabalho.	2006	Reestruturação Produtiva
8. André Ramos Carloni	Mentalidade Empresarial: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem.	2006	Mentalidade
9. Denise Gisele Silva Costa	Mentalidades: desafios para o Serviço Social e para o Sapato Francano.	2007	Mentalidade
10. Alice Moraes Braga	O tempo de trabalho e os demais tempos sociais: realidade de mães que costuram sapatos em Franca/SP.	2009	Trabalho e Relações de Trabalho; Reestruturação Produtiva

Na análise, levou-se em conta o tipo de abordagem utilizado pelos autores, o enfoque, as percepções dos pesquisadores sobre a indústria calçadista e suas considerações sobre a realidade em estudo e por fim, uma interlocução entre os trabalhos, visto haver um temporalidade de dez anos de produção do conhecimento.

Verificou-se que a maioria das pesquisas foram baseadas em dados obtidos através de técnicas como a entrevista, que é muito utilizada como técnica conveniente e eficiente para arregimentar dados, informações, pensamentos, sentimentos etc.

A seguir, são apontadas as abordagens em cada dissertação.

A primeira dissertação analisada é o trabalho de Pizzo (1999), que apresenta a proposta de realizar através de dados históricos e categorias analíticas um estudo sobre a mentalidade do empresário calçadista francano de 1990 a 1999 e sua relação com o social, procurando investigar as causas da diminuição do campo de trabalho do Serviço Social nas

empresas calçadistas. Pauta sua pesquisa no enfoque qualitativo, considerando necessário entrevistar os empresários, os assistentes sociais que foram empregados das empresas e dirigentes sindicais da categoria dos trabalhadores e dos empresários.

A pesquisa de campo realizada, segundo a autora, objetiva fornecer dados que indicam uma nova dimensão da prática profissional do Serviço Social, que deverá assumir os desafios de construção de um trabalho inovador, o qual pressupõe uma ação conjunta com trabalhadores, sindicalistas, empresários e assistentes sociais.

A amostra da pesquisa foi constituída por: cinco assistentes sociais, com idade entre 28 e 42 anos, que já trabalharam nas empresas calçadistas; dois dirigentes sindicais, sendo um dirigente do sindicato patronal e um dirigente do sindicato dos trabalhadores; e dezenove empresários, assim distribuídos: oito empresários cuja empresas empregaram o assistente social em seu quadro de funcionários e onze empresários cujas empresas tenham pelo menos cinco anos de funcionamento e presença no mercado.

A autora refere que utilizou a metodologia de pesquisa sócio-histórica, entendida “[...] como um processo dinâmico, objetivo e natural, estabelecido entre a realidade investigada e a lógica do pensamento, manifestado nos depoimentos dos sujeitos, atores desse cenário” (PIZZO, 1999, p. 70).

Para a pesquisa de campo, a autora empregou a abordagem qualitativa e o uso da entrevista semi-estruturada, por entender que a supracitada abordagem

[...] pode descrever, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (PIZZO, 1999, p. 73).

A segunda dissertação é a de Martins (1999), que em sua pesquisa utiliza a entrevista para identificar e interpretar as representações das quais os trabalhadores demitidos se valem para discutir as questões, tanto estruturais quanto conjunturais, que concernem a perda do vínculo formal de trabalho e suas alterações nas condições sociais de existência.

A amostra foi constituída de trabalhadores que receberam parcialmente os direitos trabalhistas assim que foram demitidos. Os critérios para escolha dos sujeitos de pesquisa também foram pautados pelo estado civil (casados), em função da necessidade de suprir não somente as suas necessidades básicas, mas também a de outras pessoas, tais como esposa (o) e filhos.

Em relação à idade, foram escolhidos: quatro sujeitos com idade entre 20 a 30 anos; quatro entre 31 a 40 anos; quatro entre 41 a 50 anos; e duas pessoas de 51 a 60 anos. Totalizando quatorze sujeitos pesquisados, sendo sete homens e sete mulheres demitidos no ano de 1996.

“Como nossa intenção era a avaliação qualitativa, buscamos recolher experiências de vida de trabalhadores que expressaram suas condições de vida e de trabalho após a demissão, suas resistências e seus desejos de mudanças das condições em que vivem.” (MARTINS, 1999, p. 17).

A terceira dissertação é o trabalho produzido por Freitas (2000), que realiza sua pesquisa com trabalhadores desempregados da indústria de calçados de Franca, discutindo as relações entre o desemprego e seus impactos, bem como alternativas que os desempregados dispõem diante da realidade e condição apresentadas.

A autora pontua como importância do seu estudo a análise “[...] das implicações desencadeadas no cotidiano dos indivíduos que vivenciam o desemprego, buscando conhecer tanto os impactos negativos como o uso das potencialidades inerentes ao ser humano, potencialidades capazes de mudar, de transformar realidades adversas.” (FREITAS, 2000, p.13).

A abordagem utilizada foi qualitativa, com a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Freitas (2000) entende que a abordagem metodológica permite a individualização na compreensão dos fenômenos sociais, valorizando suas qualidades diante da complexidade que se instala no entendimento das reações humanas.

Constituíram como amostra da pesquisa cinco trabalhadores das indústrias de calçados de Franca, sapateiros que se encontravam desempregados por um período superior a seis meses.

A quarta dissertação apresentada é a de Farinelli (2003), que considera que sua pesquisa pauta-se na importância de pensar a educação para o trabalho, numa perspectiva dialética, voltada para os interesses dos trabalhadores, reconhecendo que estes elaboram e detêm um saber que possui grande poder explicativo e transformador da realidade e, portanto, um caráter revolucionário.

A pesquisa foi realizada no interior das indústrias de calçados de Franca-SP, onde a autora considera que se trata de um espaço institucional “[...] onde estão presentes a divisão estanca do trabalho e a luta de classes, possibilitando uma real avaliação das condições de trabalho e educação do trabalhador.” (FARINELLI, 2003, p. 109).

Farinelli (2003) afirma que as empresas de médio e grande porte foram priorizadas por consistirem no espaço de realização das atividades profissionais da pesquisadora na área de desenvolvimento humano.

Em relação à amostra,

[...] selecionou-se uma amostra aleatória (através de sorteio) de 20% do total desse universo, ou seja, 8 (oito) empresas, sendo 3 (três) de porte grande e 5 (cinco) de porte médio. Dessas empresas calçadistas, 7 (sete) exportam seus produtos para os Estados Unidos e Mercosul, operando também com vendas no mercado interno e 1 (uma), de porte médio, atua apenas no mercado interno, com a venda de seus produtos (calçados masculinos e femininos) para todo território nacional. São empresas tradicionais na cidade, com aproximadamente 30 anos de existência e forte presença no mercado calçadista brasileiro. As empresas pesquisadas apresentavam 2.860 trabalhadores, sendo que 80% - 2.298 – concentravam-se na área produtiva. (FARINELLI, 2003, p. 110).

Ressalta-se que a escolha da pesquisadora pela área produtiva fundou-se na constatação em sua prática profissional de que os trabalhadores da classe operária, dentro das indústrias de calçados, são os que apresentam maior necessidade de adaptação à nova estrutura organizacional, às exigências de novos conhecimentos e às novas relações de trabalho e poder advindas do momento histórico determinado pela reestruturação produtiva. (FARINELLI, 2003, p. 111).

Segundo a autora, os trabalhadores foram selecionados de forma aleatória, por sorteio, compreendendo 10% do total pesquisado, ou seja, 224 trabalhadores da área produtiva, independente da função desempenhada ou o grau de escolaridade. Por precaução, a autora afirma que foram selecionados vários setores, visando garantir a representatividade de toda área produtiva.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados que permitissem a compreensão das situações apresentadas pelos sujeitos selecionados foram: as observações e percepções da pesquisadora em sua prática profissional, que possibilitaram a apreensão das dimensões contraditórias do processo educativo e de trabalho; entrevista e questionários aplicados a diretores, encarregados dos departamentos de gestão de pessoas e aos trabalhadores objetivando realizar um cruzamento de dados e apreender a realidade das duas categorias, trabalhadores e empresários, contexto onde se estabelece o conflito de classes sociais e das relações capital-trabalho. (FARINELLI, 2003, p. 112).

A supracitada autora baseia sua pesquisa basicamente como quanti-qualitativa, ao afirmar que utilizou os métodos quantitativos e estatísticos, bem como de estudos dos fatos e fenômenos presentes na prática profissional da pesquisadora, analisados de forma dinâmica.

A aplicação definitiva dos questionários aos trabalhadores da área produtiva resultou nos dados e informações prestadas por 203 pessoas, sendo 61 de empresas de porte médio e 142 de empresas de porte grande. O material coletado foi analisado e interpretado utilizando-se fichas, tabulações, gráficos, quadros, tabelas e outros visando instrumentalizar o material coletado e favorecer a apresentação do resultado da pesquisa. (FARINELLI, 2003, p. 113)

Farinelli (2003, p. 107) registra ainda que a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, “[...] mas ambas sinergicamente devem convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que contribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo e os métodos qualitativos, ao pensamento interpretativo.”

Na quinta dissertação, Lara (2005) refere que seu trabalho é resultado da trajetória de pesquisa no curso de Serviço Social.

O autor considera em seu estudo que a indústria calçadista de Franca passou por crises cíclicas que afetaram diretamente a classe trabalhadora e suas formas de organização, como os sindicatos. Partindo dessa premissa, Lara (2005) afirma pretender apreender a realidade social dos trabalhadores envolvidos no trabalho subcontratado do setor de calçados.

Sendo que, para compreender esse movimento, partiu das contradições e transformações decorrentes da sociedade contemporânea, tendo como base elementar das indagações o ser social produtor e reproduzidor da sua própria vida por meio do trabalho.

[...] entendemos o trabalho como uma das dimensões da vida humana que revela a humanidade; é pelo trabalho que o indivíduo social transforma e domina o meio natural; é pelo trabalho que o homem satisfaz suas necessidades vitais e exterioriza sua capacidade espiritual e criadora, mas que, na atualidade as relações de trabalho determinadas pela produção capitalista, auto-aliena (estranhamento-de-si) e degenera os indivíduos. (LARA, 2005, p. 14-15)

No desenvolvimento da pesquisa o autor investigou as principais questões que emergiram no interior das organizações da produção e direcionou as discussões para o caso particular da indústria de calçados de Franca/SP.

Para o desenvolvimento do estudo, Lara (2005) buscou embasamento teórico na perspectiva marxiana, que lhe proporcionou uma intelecção de mundo pautada na “descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas” e o capacitou para assinalar tanto as causas e as consequências dos problemas enfocados, como também as suas contradições, suas revelações e determinações.

Segundo Lara (2005, p. 16-17)

No estudo do trabalho subcontratado e domiciliar do setor calçadista de Franca-SP, compreendemos-os inseridos na dinâmica mundializada do sistema capitalista. Entretanto, para atendermos esse pressuposto metodológico, partimos da imediaticidade e, na construção de categorias que permitem a análise complexa de situações concretas, de mediações, de uma totalidade determinada, aproximando-nos das relações de trabalho da indústria calçadista e, ao mesmo tempo, compreendemos a totalidade, a lógica mundializada da relação capital *versus* trabalho, em seguida, continuamos a *observação imediata* da realidade social de tais formas de trabalho na indústria calçadista de Franca.

O autor ainda refere que a apropriação da perspectiva marxiana para realizar o estudo ocorreu por acreditar que Marx elaborou uma teoria que emerge da realidade social, “[...] a qual investiga a conexão íntima do movimento real, pois, nesta perspectiva só é possível apreender o real através de construções de categorias, ou seja, de determinadas apropriações do fenômeno em estudo.” (LARA, 2005, p. 17).

Como suporte empírico da dissertação, Lara (2005) utilizou fontes documentais, informações e depoimentos colhidos junto às entidades e locais selecionados para pesquisa de campo.

Os locais pesquisados foram: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Franca e Região (STICV); Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SINDFRAN); Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES/FACEF)²⁵; Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado/Franca (SERT/Franca); Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); e também a visita aos locais de trabalho subcontratado e domiciliar do setor calçadista de Franca.

Refere que, nas Instituições, foram consultados dados e documentos de interesse da pesquisa, e nos locais de trabalho foram registrados fotocópias e entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores utilizando o gravador.

²⁵ Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca (FACEF).

Na sexta dissertação analisada tem-se Casemiro Filho (2006), que refere que a metodologia utilizada para elaboração do seu estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica, documental, publicações de organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente, noticiários impressos de órgãos de comunicação de massa acessíveis ao pesquisador, notadamente acumulados por força de sua atuação profissional como superintendente do Instituto Pró-Criança e consultor na área da prevenção e combate ao trabalho infantil.

O autor utiliza-se da pesquisa qualitativa e ainda reforça sua opção afirmando que “[...] é importante ressaltar a dimensão política da pesquisa qualitativa que remete a contextualização sócio-histórica, tornando o pesquisador sujeito político que se exercita conforme as escolhas políticas, no processo investigativo.” (CASEMIRO FILHO, 2006, p. 60).

Como amostragem da pesquisa, o autor refere que elencou a territorialidade, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como marco normatizador das questões pertinentes ao segmento social em debate, e a origem, ou seja, “[...] trabalhos publicados e documentos patrocinados, editados ou produzidos por organizações de reconhecida credibilidade na área de prevenção e combate ao trabalho infantil.” (CASEMIRO FILHO, 2006, p. 63).

“A problematização apresentada para a temática, nesse trabalho, exigiu que a construção do corpus da pesquisa seja constituído por textos que indicam enunciados conceituais ou de entendimento sobre o que seja trabalho infantil.” (CASEMIRO FILHO, 2006, p. 63).

Foram selecionados para leitura e análise documentos institucionais, tais como: termos de adesão de empresas; pactos de prevenção e combate ao trabalho infantil; legislação que trate da questão; relatórios de pesquisas que objetivaram o mapeamento do trabalho infantil; relatórios de Organizações não Governamentais (ONGs) militantes no assunto; relatórios de estudos realizados por órgãos do Governo Federal; relatórios de auditoria realizados na rede de produção calçadista em Franca; e projetos de intervenção social em situações de prevenção e combate ao trabalho infantil.

A constituição das fontes de pesquisa foi organizada pelo autor a partir da leitura e análise crítica da produção bibliográfica de seu acervo particular, resultante da militância e intervenção na prevenção e combate ao trabalho infantil.

Casemiro Filho (2006, p. 60-61) considera o tipo de pesquisa como o mais apropriado

[...] pois, o tema apresenta particularidades referidas à percepção dos indivíduos, e da sociedade, estabelecendo uma relação dinâmica entre o mundo objetivo e a subjetividade, entre a realidade e os sujeitos concretos e, entendendo que somos agentes da realidade e que a sua construção leva em

conta a subjetividade inerente aos fenômenos e processos sociais, fundamentamos a nossa opção metodológica.

A sétima dissertação apresentada é o trabalho de Guiraldelli (2006), que, para aproximação do seu universo de pesquisa (mulheres negras na informalidade), utilizou-se do método de História Oral, com ênfase para a História de Vida, objetivando apreender a trama das relações sociais e a esfera da subjetividade dessas trabalhadoras.

Utilizou-se da entrevista aberta e do gravador como técnica para capturar as narrativas, perpassando a trajetória de vida dessas mulheres, retratando infância, adolescência até o momento atual, com o intuito de refletir sobre suas experiências.

Guiraldelli (2006) afirma que o maior objetivo de seu estudo, além de conhecer uma realidade pouco explorada, como o universo das mulheres negras que se encontram na informalidade com ênfase para o trabalho domiciliar no município de Franca, foi o de suscitar no leitor reflexões e indagações sobre a problemática em evidência.

A amostra do seu trabalho foi constituída por cinco mulheres negras que trabalham em domicílio realizando a costura manual do calçado. O autor ainda ressalta que não foram estipulados determinados critérios, tais como idade, estado civil, número de filhos, entre outros, por entender que tais elementos não eram determinantes para o enfoque do trabalho. “Sendo que os elementos de maior relevância para nortear a seleção estiveram voltados para a questão de gênero (mulheres em específico), raça, etnia, informalidade e trabalhadoras que costuram o calçado em domicílio.” (GUIRALDELLI, 2006, p. 154).

Na oitava dissertação analisada, Carloni (2006, p. 15) afirma que, em sua pesquisa,

Foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Esta última foi executada por meio de entrevistas semi-estruturadas, usando o método oral, e visou coletar dados sobre as dimensões técnica e de responsabilidade social adotadas pelos empresários e que, por conseguinte, influenciam as organizações por eles gerenciadas. Aspirando demonstrar a pertinência de trabalhos organizacionais e ações por parte dos próprios empresários para preservar as caracterizações econômicas e o incremento da estrutura social que permeia o ambiente industrial.

O supracitado autor ainda reforça que o método utilizado foi o de História Oral,

Pois, a memória é individual e guarda fatos passados, sentimentos vívidos, experiências anteriores que se socializados podem contribuir para compreensão da História como um todo. Muitas vezes por se tratar de momentos vivenciados em um contexto coletivo, as recordações, mesmo que se fazendo na esfera individual é considerada uma reconstrução social

expondo, sem dúvida, as representações da mentalidade coletiva. Desta forma, estudar a história é um importante elemento para o entendimento da evolução do mundo das mentalidades. (CARLONI, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o universo de pesquisa é a cidade de Franca, especificamente o Polo Calçadista Francano, onde o autor teve como amostra um empresário de cada porte da indústria (grande, médio e pequeno) com mais tempo no ramo.

Carloni (2006, p. 17) reforça ainda que

A confrontação entre a realidade obtida por meio das entrevistas e o corpus teórico permitirá que se chegue ao objetivo proposto, pois a realidade social é entendida nesta perspectiva como momentos que ocorrem em processo dinâmico, contraditório e de ininterruptas transformações, sendo alguns deles marcados por episódios que apesar de estarem e ficarem ocultos são determinantes para o entendimento do objeto em questão.

Por fim, o autor refere que tanto o método da história oral quanto a pesquisa qualitativa explicam que a qualidade da pesquisa é avaliada não mediante a grande quantidade de sujeitos pesquisados, mas sim o quão podem contribuir com o desvelar da problemática em questão.

A nona dissertação abordada é o trabalho de Costa (2007, p. 12), onde a autora afirma que as reflexões propostas em seu trabalho,

[...] situam-se tanto na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa, com ênfase na qualitativa utilizando-se o método da história oral temática, pois este possibilita que a atividade de pesquisa reúna condições de apreender os aspectos ocultos dos episódios que marcam e/ou marcaram a mentalidade dos sujeitos em questão. Verifica-se nesse método férteis possibilidades em trabalhar com a pluralidade, com o diálogo que não traga em si as nuances já pré-determinadas pelo objeto do pesquisador e da própria pesquisa.

A amostra do trabalho foi constituída de quatro empresários de microempresa e quatro empresários²⁶ de pequena empresa, tendo como critério de seleção o espaço geográfico da cidade, englobando todas as regiões, “[...] a fim de se comprovar que esta é uma realidade comum por toda a cidade e não somente em determinadas regiões.” (COSTA, 2007, p. 12).

²⁶ Vale ressaltar que a autora utiliza-se do termo “Colaborador” para se referir aos sujeitos da pesquisa por entender que estabelece uma relação de compromisso entre as partes. [...] usa-se deliberadamente a palavra ‘colaborador’ para o narrador, pois afinal, o trabalho com a entrevista é algo que demanda dois lados pessoais e humanos. ‘Colaborador’ é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É sobretudo, fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes. (MEIHY, 2002, p. 108 apud COSTA, 2007, p. 12).

A autora afirma ainda que seus estudos “[...] propõem que se traga a tona aspectos novos, um novo olhar sobre esta realidade, tendo o sujeito uma significância extrema, ele enquanto ator social, humano, que apresenta uma gama de particularidades.” (COSTA, 2007, p. 12).

Verifica-se que as últimas três dissertações²⁷ utilizaram o método de História Oral. Dessa forma, considera-se necessário fazer breve explicação.

A História Oral é entendida como um método de construção do conhecimento, que tem nos últimos anos ganhado legitimidade no universo científico por apresentar nova morfologia no campo do saber.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 15).

Guiraldelli (2006) pontua que a História Oral se origina nos anos de 1950, nos Estados Unidos e países da Europa Ocidental, primeiramente em âmbito acadêmico e nos movimentos sociais, orientada para compreender as vozes marginalizadas, ou seja, realizar estudos acerca da população excluída. No Brasil, a História Oral chega em 1975 e atinge alguns professores e pesquisadores do campo da História e das Ciências Sociais.

A história oral, como uma nova proposta de refletir e analisar o contexto social, surge dentre as novas disciplinas para romper com o paradigma incontestável da modernidade. O modelo que se tinha na história dominante era de uma forte raiz estruturalista que partia de análises unilaterais, diante de seu desprezo e desvalorização do indivíduo e de suas subjetividades. (GUIRALDELLI, 2006, p. 17).

Thompson (1992) coloca a história oral como relacionada em parte à finalidade social essencial da história, uma vez que é por meio desta que as pessoas comuns procuram compreender as modificações, avanços e retrocessos que são parte de sua vida pessoal, bem

²⁷ Carloni (2006); Costa (2007) e Guiraldelli (2006).

como as transformações que se passam no interior da família, das relações políticas e sociais como um todo.

No que se refere às formas de história oral pode-se mencionar a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral. Meihy e Holanda (2007) entendem que as duas primeiras podem servir a projetos de bancos de história ou implicar análises que superem o sentido da recolha, mas a tradição oral diz respeito a exames longos e complexos, incapazes de síntese, em que a observação deve ser constante, continuada, impessoal e referir-se ao coletivo.

Em história oral de vida, o que mais vale são as versões individuais dos fatos da vida. O que a distingue é exatamente a independência dos suportes probatórios.

Por fim, a décima e última dissertação, que é o trabalho de Braga (2009, p.13), onde a autora utilizou-se da Observação Livre, a qual, para ela, é

[...] estabelecida pelo contato direto com a realidade social estudada, no intuito de analisarmos os atos, as atividades, as relações e os significados da questão. Na observação usamos a fotografia e o diário de campo, no qual foram anotadas as informações coletadas, observações e reflexões. Registramos situações como o vínculo que as trabalhadoras possuem com o atravessador, a posição na qual costuram, a força física que empregam, o material de trabalho espalhado no interior do lar, a relação com os filhos.

Além da técnica supracitada, Braga (2009, p. 13) também faz uso da entrevista semi-estruturada, onde ressalta que

[...] partindo do conhecimento adquirido através do estudo bibliográfico e documental e das informações recolhidas pela própria observação livre, organizamos um roteiro de perguntas fundamentais que foram feitas às mães costureiras e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e Vestuário de Franca e Região (conhecido como Sindicato dos Sapateiros). As entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas e analisadas.”

Constata-se, portanto, que Braga (2009) faz uso da pesquisa qualitativa com as técnicas de observação livre e entrevista semi-estruturada, fundamentando-se em Martinelli (1999) quando considera que a ótica da pesquisa qualitativa pauta-se no reconhecimento da singularidade dos sujeitos e na importância de se conhecer sua experiência social. A realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que o próprio pesquisado lhe atribui.

Referente aos sujeitos sociais entrevistados para a pesquisa, a autora afirma que

A amostra foi constituída por cinco (5) famílias com mulheres voluntárias originárias do CRAS²⁸ Sul e cinco (5) famílias com mulheres voluntárias originárias do CRAS Norte, totalizando dez (10) famílias nucleares, que preencheram os critérios que contemplam: mães, com filhos na faixa etária de abaixo de dezesseis anos e que exerçam trabalhos informais de costura manual domiciliar de sapatos. (BRAGA, 2009, p. 12-13).

Para justificar sua amostra, Braga (2009, p. 13-14) fundamenta-se novamente em Martinelli (1999, p. 23), quando esta afirma que “Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando.”

Dessa forma, tendo como cenário a cidade de Franca e a metodologia supracitada, a autora realiza seu estudo sobre o cotidiano das mães de Franca/SP que se submetem ao trabalho domiciliar, executando no próprio lar a costura manual de calçados.

É importante considerar que a utilização de entrevistas como forma de obtenção de informações por parte de pesquisadores é uma prática antiga e que não foge ao rigor e à disciplina do meio acadêmico, desde que, como em qualquer método de pesquisa, sejam respeitados os critérios de confecção de um projeto que justifique e instrumentalize sua utilização de forma programada e ética.

Na abordagem desta dissertação optou-se por um trabalho que tenha como fonte de dados e informações a pesquisa documental e bibliográfica, por entender que assim como as pessoas falam, expressando seus pontos de vista, elas também escrevem, normatizam, sistematizam, refletindo sobre determinados assuntos, através da adoção de determinados princípios éticos, políticos e legais, utilizando-se de autores que convergem com suas linhas de pensamento.

A produção do conhecimento em Serviço Social sobre o mundo do trabalho apresentada nesta pesquisa tem período de análise de dez anos (1999 a 2009) por considerar que abrange uma longa trajetória do Programa de Pós-graduação em estudo, referendado por três avaliações de qualidade pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior²⁹, considerando os seguintes critérios: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividade de formação, corpo discente, teses e dissertações, produção e

²⁸ Centro de Referência em Assistência Social.

²⁹ As avaliações realizadas pela CAPES referem-se ao um período trienal, o período de 2001 a 2003, o Programa recebeu conceito 4 pela entidade, divulgado no ano de 2004. Na avaliação do período de 2004 a 2006, manteve-se o mesmo conceito (4), divulgado no ano de 2007 e a última avaliação ocorrida em 2010, referente ao período de 2007 a 2009, permanecendo o mesmo conceito, segundo a CAPES, nota 4.

inserção social. Além desses fatores, tem representação também o espaço temporal de transformações na esfera do trabalho na cadeia produtiva do calçado em Franca, onde se pode observar mudanças significativas no perfil³⁰ do trabalhador da referida indústria, nas suas condições de vida e trabalho, assim como o aumento do desemprego e a falência de empresas de grande importância na cidade.

No item a seguir são apresentadas as dissertações e as categorias a qual integram e a interlocução entre ambas.

3.1.1 Trabalho e Relações de Trabalho

Neste subitem são discutidas as seguintes dissertações:

- Raquel de Freitas – **O trabalhador desempregado diante do caos e do sofrimento psíquico**: o despertar do avesso. Defendida no ano de 2000.
- Marta Regina Farinelli - **A relação entre Trabalho e Educação nas indústrias de calçados de Franca/SP**. Defendida no ano de 2003.
- Maurilo Casemiro Filho – **Trabalho Infantil?** Defendida no ano de 2006.

Na dissertação **O trabalhador desempregado diante do caos e do sofrimento psíquico**: o despertar do avesso, Freitas (2000) discute as relações entre o desemprego e seus impactos na vida dos trabalhadores desempregados e as alternativas de que os mesmos dispõem com o objetivo de mudança da condição a que se encontram.

A autora considera que as transformações ao longo da história trouxeram e trazem implicações aos modos de viver e de sentir das pessoas, considerando ainda que o atual estágio do capitalismo tem remetido os trabalhadores a sensações como “inconstância”, “mudança”, “crise” e “caos”.

Um dos fatores que vem apresentando mudanças mais profundas na condição da classe trabalhadora é o desemprego, pelo fato de transformar-se num problema global, afetando todos os países. Em especial no caso de Franca, não somente o desemprego torna a vida do trabalhador do calçado mais difícil, mas as alternativas que têm para mudança dessa condição,

³⁰ Considera que os estudos de Pizzo (1999), Carloni (2006) e Costa (2007) abordam de forma sistemática e temporal esta discussão ao apresentarem o perfil dos empresários da indústria calçadista francana, as condições de trabalho e vida dos trabalhadores do calçado e a inserção do Serviço Social na realidade em questão.

que se apresentam no acesso à informalidade, como o trabalho domiciliar e o subcontratado em Bancas de Pesponto.

Verifica-se, assim, que o trabalho de Freitas (2000) pontua objetivamente as mudanças ocorridas na esfera do trabalho, realizando um apanhado histórico do processo de acumulação de capital em âmbito global e uma análise abrangente do cenário local, indústria calçadista de Franca.

Freitas (2000) apresenta a discussão sobre os modos de produção capitalista que vigoraram durante todo o século XX e ainda utilizado subsídios sobre o modo de produção toyotista, referindo-lhes consubstanciado pela globalização e o processo de reestruturação produtiva como desencadeantes do processo intenso de exploração do trabalho e alijamento dos trabalhadores, dificultando ainda mais suas condições de vida e de trabalho.

A autora utiliza-se do conceito de trabalho como

[...] intimamente relacionado à satisfação das necessidades, de realização e desenvolvimento do potencial humano. Por outro lado, observa-se que a natureza social do trabalho na modernidade, pouco tem de transformador ou de realizador. Se traduz como uma condição para a própria existência e reconhecimento do homem dentro da sociedade. (FREITAS, 2000, p. 31).

Ou seja, o trabalho para o homem permite-lhe se sentir parte de uma sociedade ou de uma comunidade, compartilhando realizações e fracassos e, acima de tudo, a possibilidade, mesmo que limitada, responsável pela condição de suprir suas necessidades básicas e a de seus dependentes.

Partindo dessas ideias, o processo de construção do conhecimento de Freitas (2000) pauta na busca do entendimento das condições desses trabalhadores desempregados. Todavia, o que não se verifica no trabalho é uma discussão mais abrangente sobre o Estado e sua postura nesse quadro através das políticas sociais e, com isso, a inserção do Serviço Social na realidade.

Freitas (2000) utiliza-se de diversos autores, em nível local e global, para discutir a questão do desemprego e seus fatores desencadeantes. Conferiu-se respaldo em Mattoso, Felipe, Braverman, Cohen, Antunes (1995), Costa, Fernandes, dentre outros.

Outro ponto que merece ser discutido em relação a este trabalho é que a autora se apropria do universo psicológico a fim de entender a condição a que se encontra o trabalhador desempregado. “Perder o trabalho poder ser considerado como um trauma na vida da pessoa,

numa sociedade em que a identidade é definida pelo trabalho. Tal perda tem efeitos semelhantes à perda de um parente.” (FREITAS, 2000, p. 43).

Um dado importante apontado por Freitas (2000) é que, em algumas situações, foi possível verificar trabalhadores que conseguiram ter como alternativas ao desemprego a constituição de microempresas, por serem detentores do saber-fazer a respeito do calçado, que possui como peculiaridade a grande presença do trabalho manual na sua confecção.

Esse ponto da discussão de Freitas (2000) também é apresentado nos trabalhos de Carloni (2006) e Costa (2007), quando discutem a mentalidade dos empresários calçadistas francanos e constataam que diversos pequenos e microempresários, apesar de todas as adversidades iniciais, conseguiram montar suas indústrias.

Todavia, faz-se importante não entender tal situação com uma postura romântica, pois é possível constatar, com pesquisas sobre a indústria³¹ calçadista, que muitas dessas empresas constituídas encontram-se em péssimas condições de estrutura e de segurança para os empresários, trabalhadores e familiares³².

Freitas (2000, p. 87) discute ainda, como dados obtidos com as entrevistas, que “[...] o trabalhador desempregado tem algum conhecimento das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, porém tem dificuldades em identificar, com clareza, as variáveis envolvidas nestas mudanças.”

Nesse ponto, remete-se ao papel socioeducativo do Serviço Social na possibilidade de atuar conjuntamente com esses trabalhadores, de modo que compreendam e se situem com as mudanças que vem ocorrendo na esfera do trabalho e, assim, possam se unir para lutar em prol dos seus direitos.

Por fim, a autora afirma que foi possível o aprofundamento da reflexão sobre a questão do desemprego e sua repercussão na vida do trabalhador, assim como a abertura de possibilidades e alternativas para o enfrentamento da situação.

A segunda dissertação dessa categoria analisada é a intitulada **A relação entre Trabalho e Educação nas indústrias de calçados de Franca/SP**, de Farinelli (2003), que se propõe a conhecer como se procede a relação entre o trabalho e a educação nas indústrias calçadistas de Franca, com a finalidade de apreender como as relações de produção educam o

³¹ Lara (2005); Cíntia Silva (2007); Canoas (2002), (2007); Guiraldelli (2006); Braga (2009), dentre outros.

³² As empresas, por meio de acordos formais e informais, contratam atividades que são realizadas fora das fábricas, nas bancas e domicílios; as bancas têm como proprietário um trabalhador que, na maioria das vezes, foi demitido da empresa; então o sapateiro, quando consegue, monta a banca por conta própria e, em seguida, subcontrata outros sapateiros; assim a relação de trabalho afirma-se sem vínculo empregatício. (LARA, 2005, p. 62).

trabalhador para o trabalho, destacando a influência dos valores e interesses da classe dominante nesse processo.

Farinelli (2003) considera que a classe trabalhadora está imobilizada diante das transformações sociais, pois novas técnicas e métodos estão sendo implementados, em sua maioria importados de outros países, redimensionando os modelos existentes, porém, nem sempre considerando as peculiaridades e características da realidade brasileira e, especificamente neste estudo, a realidade da indústria calçadista francana.

A autora reforça que sua prática profissional junto às empresas revelou-se um espaço de reflexões e questionamentos sobre o papel da educação no fazer-pensar dos trabalhadores, bem como no desenvolvimento histórico da relação trabalho e educação.

Farinelli (2003) conclui em seu estudo que o modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico revelou-se profundamente desigual e os ritmos do progresso são muito diferentes nas várias regiões do mundo, constatando que mudaram os discursos, mas não as relações produtivas e educativas e no cenário local, onde os trabalhadores do calçado se deparam atualmente com impasses e desafios advindos da reestruturação produtiva, limitando sua ação efetiva em relação a finalidade enquanto indivíduos sociais.

Verifica-se um cenário de acentuada precariedade do trabalho, onde Farinelli (2003) pontua três aspectos principais:

1. Achatamento Salarial;
2. Falta de Oportunidades e instabilidade no emprego, principalmente, dos trabalhadores que exercem as funções cuja qualificação exigida restringe-se a experiência profissional;
3. As políticas de gestão de pessoas apresentam-se, em sua maioria, desestimulantes e não participativas.

Por fim, a autora ressalta que considerando a característica da produção artesanal do calçado e o lento avanço tecnológico presenciado nas indústrias, o investimento na qualificação profissional do trabalhador deveria ser considerado um recurso primordial do processo produtivo e não contabilizado apenas como custo nesse processo.

Ressalta-se a ideia da autora ao citar duas instituições presentes na cidade que têm como objetivo qualificar a mão de obra, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atuando na área de treinamento de mão de obra para a indústria calçadista, e também o Núcleo Tecnológico de Couros, Calçados e Afins, do Instituto de

Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), na área de pesquisa, desenvolvimento de produtos e tecnologia para as indústrias de calçados e na formação de técnicos especializados em controle de qualidade.

Considera-se neste trabalho que Farinelli (2003) baseia-se primordialmente em dados estatísticos para discutir a questão da educação para o trabalho, entendido aqui como qualificação profissional. Tanto que a autora refere que uma das empresas selecionadas para a pesquisa não aceitou participar por temer que tal temática suscitasse expectativas nos trabalhadores, que a empresa não iria supri-las.

Desse modo, constata-se ainda traços muito arraigados no perfil gerencial, não levando em consideração o capital humano e a importância de qualificação dos trabalhadores, tanto como fator favorável para os trabalhadores quanto para as empresas que obteriam uma mão de obra melhor qualificada e instruída.

Entende-se que é de suma importância a discussão sobre trabalho e educação, pois qualificar e precisar a concepção de direitos, cidadania e política social pressupõem discutir os limites e as possibilidades dos direitos no capitalismo e a particularidade brasileira, qual seja, de um país historicamente heterônomo, subordinado econômica e politicamente aos ditames do capitalismo mundial e das políticas de ajuste determinadas pelas agências internacionais.

Por último, a dissertação intitulada **Trabalho Infantil?**, onde Casemiro Filho (2006) afirma que interessou-se por estudar o tema trabalho infantil na indústria calçadista de Franca ao tornar-se Diretor Superintendente do Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente – Instituto Pró-Criança e técnico responsável pelo Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Setor Calçadista de Franca/SP.

Casemiro Filho (2006) refere que o Instituto foi criado no ano de 1995 por três organizações empresariais de Franca, motivadas principalmente pelas denúncias de trabalho infantil no setor calçadista, mais especificamente nas empresas fornecedoras de serviço na área de terceirização.

O autor considera que o fator desencadeante da situação foi a realização de uma pesquisa no ano de 1993, por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca, que detectou a presença de trabalho infantil na produção de calçados, realidade esta localizada no serviço terceirizado junto às empresas prestadoras de serviços no setor calçadista, conhecidas popularmente por Bancas de Pesponto.

Assim, nesse trabalho, a pretensão do autor é demonstrar como se realizava o trabalho do Instituto Pró-Criança com o objetivo de erradicação do trabalho infantil na produção do calçado.

Segundo Casemiro Filho (2006), o instituto evitou assumir determinadas posturas, como a de fiscalização, pois a preocupação era criar oportunidades de estar junto aos empresários e prestadores de serviço do setor calçadista para estabelecer um relacionamento e uma conversa sobre a questão do trabalho infantil e convidá-los a assumirem o compromisso de não usarem o trabalho de menores de 16 anos de idade em qualquer nível de produção do calçado.

Todavia, verifica-se que o trabalho desenvolvido pelo Instituto Pró-Criança conseguiu minimizar significativamente o uso da mão de obra infantil na produção do calçado nas Bancas de Pesponto, entretanto, a produção do calçado não se esgota apenas no trabalho intrafábrica e no externalizado pela Banca de Pesponto, pois tem-se também o trabalho de costura manual do calçado, realizado nos domicílios.

Sobre essa temática, Braga (2009, p. 71) refere que

[...] a costura manual do calçado é um locus facilitador para o uso da mão de obra infantil, destacando que a costura manual significa execução de tarefas simples e de fácil aprendizado; os pais são mal remunerados, o que provoca a necessidade da renda proveniente da mão de obra dos filhos; é insuficiente, em Franca, o número de espaços e equipamentos públicos que poderiam servir de jornada complementar à escola, bem como o número de creches.

Portanto, o trabalho dos filhos, crianças e jovens faz parte do próprio processo de sua socialização como pobres urbanos, em famílias nas quais dar, receber e retribuir constituem as regras básicas de suas relações.

Constata-se que a ascensão de um novo padrão tecnológico, que modificou profundamente a estrutura produtiva dos países capitalistas avançados e, em níveis diferenciados, a dos países de desenvolvimento capitalista tardio, ao incorporar, de forma crescente e especialmente a microeletrônica, a informática e a robótica, além da adoção de um novo e complexo conjunto de inovações organizacionais, fez surtir efeitos na organização das empresas, nos métodos de produção, no mercado de trabalho, nos sindicatos e nas políticas industriais e financeiras dos governos.

Considerando que as mudanças ocorridas na cadeia produtiva do calçado resultantes da reestruturação produtiva ocasionaram impactos profundos na vida dos trabalhadores, aviltando cada vez mais suas já precárias condições de vida e de trabalho.

Assim, é preciso compreender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades. Pois, pobreza e desigualdades sociais são determinantes da estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos.

O que se percebe é que os trabalhadores têm necessidades sociais e carecimentos a satisfazer e, por meio do trabalho, buscam imprimir utilidade às suas ações através da produção das mercadorias. O trabalho, pois, é uma atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material. Considerando que os homens possuem como pressuposto básico de sua existência o ato de fazer história, entretanto, o que se verifica é que, nas atuais condições, não estão possuindo condições de vida para comer, beber, ter habitação, vestir-se e outras necessidades necessárias à realização de suas carências.

Assim, finaliza-se este tópico pontuando que, atualmente, a apropriação do tempo de trabalho produtivo realizada pelo capital dá-se de forma mais densa, seja para os trabalhadores centrais, seja para os trabalhadores periféricos, tendo em vista o maior aproveitamento da dimensão cognitiva do trabalho e o aumento do seu ritmo, que provocam uma crescente intensificação do trabalho e, também, a utilização do recurso da ampliação da jornada de trabalho.

3.1.2 Reestruturação Produtiva

Neste subitem serão discutidas as dissertações abaixo relacionadas, todavia, a divisão das Categorias foi por mera questão metodológica, pois se verifica que a discussão apresentada nas dissertações que se seguem também contemplam a Categoria Trabalho e Relações de Trabalho.

- Maria Helvira Arantes Andrade Hansen Martins – **O Impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca/SP.** Defendida no ano de 1999.

- Ricardo Lara – **As determinações do trabalho (in)visível.** Defendida no ano de 2005.

- Reginaldo Guiraldelli – **Ser negra na precariedade das relações de trabalho.** Defendida no ano de 2006.

- Alice Moraes Braga – **O tempo de trabalho e os demais tempos sociais: realidade das mãos que costuram sapatos em Franca/SP.** Defendida no ano de 2009.

Na dissertação **O Impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca/SP**, a autora pontua considerações essenciais sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, incidentes sobre as condições de trabalho dos trabalhadores do calçado.

Martins (1999) considera que o cenário de alterações ocorridas no mundo do trabalho apresenta-se como um grande desafio para os assistentes sociais, pois, além do histórico de desigualdade de renda que são fatores já decorrentes do sistema capitalista, vivencia-se novas formas pretéritas do trabalho, como o aumento expressivo do desemprego, a emersão do trabalho domiciliar, onde o trabalhador não possui mais a carteira de trabalho assinada em anos subsequentes, quando parcelas da produção do calçado eram transferidas para a residência dos trabalhadores. Tem-se o trabalho informal, as longas jornadas de trabalho, dentre diversas situações que denotam o caráter precário a que se encontra a classe trabalhadora nos dias atuais.

Verifica-se que, como característica predominante no trabalho domiciliar, não raro, o trabalho realizado contava com a ajuda de outros membros da família da trabalhadora, sendo normal a ajuda de filhos e marido, incorporando para a sua execução a força de trabalho do conjunto da família.

Constata-se que o trabalho domiciliar é uma das peculiaridades das múltiplas faces da informalidade, respondendo por um grande contingente de trabalhadores sem proteção social, acarretando a sua precarização. Assim, a adoção do trabalho domiciliar representa para o empregador maior facilidade contratual de mão de obra, o que resulta em baixo custo dos produtos e ínfimos gastos com a força de trabalho. Apresentando-se como um cenário de forte regressão aos direitos do trabalho e que necessita de que sejam realizados interlocuções, pesquisas, discussões de modo de exponham as condições desses trabalhadores, a fim de que suas condições atuais sejam mudadas.

A autora ressalta que as reflexões sobre tais alterações passam pela compreensão das demandas e necessidades sociais, tendo em vista que atualmente a questão social apresenta ampla dimensão na medida em que aumenta o número de trabalhadores desempregados.

Martins (1999) realiza sua pesquisa evidenciando que o polo calçadista francano sofreu grandes transformações a partir dos anos 1990, no que se refere ao desemprego/precarização do trabalho, apresentando diminuição considerável de postos formais de trabalho e uma forte emersão do processo de terceirização.

Como periodização da pesquisa, a autora observa que a partir do governo do Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), com a abertura da economia nacional para o mercado internacional, ocasionou-se o arrefecimento da indústria nacional e, com isto, a diminuição do emprego.

Como sujeitos da pesquisa, a autora entrevistou trabalhadores que receberam parcialmente seus direitos trabalhistas assim que foram demitidos. E descreve como intenção da pesquisa a avaliação qualitativa, buscando recolher experiências de vida de trabalhadores, que expressaram suas condições de vida e de trabalho após a demissão, suas resistências e seus desejos de mudanças das condições em que vivem.

Martins (1999) conclui que muitos trabalhadores tiveram que se submeter a formas flexibilizadas de trabalho, através do trabalho em caráter domiciliar ou em Bancas de Pesponto³³, ocasionando a instabilidade em relação aos rendimentos, submetendo o trabalhador a longas jornadas de trabalho.

Considera-se que o trabalho domiciliar sempre esteve presente em todas as fases de desenvolvimento do setor calçadista francano, entretanto, a partir da década de 1990, sua forma de operacionalização tornou-se diferenciada, passando o trabalhador a não ter mais o suporte legal para a realização de seu trabalho. E nesse tocante, muitos trabalhadores, para não perderem seus vínculos empregatícios, sujeitaram-se a várias formas de trabalho precarizados, tais como a diminuição de salário.

A respeito do trabalho em Bancas de Pesponto, é importante considerar que, como prestadores de serviço, elas servem para reforçar o processo de terceirização da produção, condição esta também intensificada nos últimos anos e que incitou a discussão de vários teóricos sobre a indústria calçadista, entendendo-a como mais uma das facetas da subcontratação do trabalho.

Sobre o trabalho domiciliar, conclui-se que está dentre os fatores que mais se intensificaram na cadeia produtiva do calçado em Franca em decorrência das transformações econômicas, apresentando-se como uma das nuances do trabalho precário, sendo executado predominantemente por mulheres e, mesmo com a industrialização, tal atividade não foi abolida da cadeia produtiva, pois o que se verifica atualmente é o fato dele ganhar novas feições com a reestruturação produtiva e intensificar sua precariedade.

³³ As bancas são unidades produtivas contratadas pelas empresas calçadistas para realizar determinadas operações envolvidas na produção de calçados de couro, principalmente aquelas que demandam mais trabalho vivo, como o pesponto e mesmo a costura manual. As bancas de pesponto se transformaram numa prestadora de serviços das fábricas, sua relação apresentando-se na forma de subcontratação e empregando trabalhadores com base na precarização das relações de trabalho.

Assim, constata-se neste trabalho, que remete a diversas discussões sobre o mundo do trabalho, especificamente sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva do calçado, que é possível verificar nas dissertações analisadas abaixo interlocução entre os temas aqui discutidos, mesmo decorridos diversos anos. Visto que o trabalho de Martins foi produzido em 1999, o que verifica-se nos trabalhos seguintes é a intensificação das condições já apresentadas aqui.

Para Lara (2005), em sua dissertação **As determinações do trabalho (in)visível**, a relação capital versus trabalho sofreu turbulências no final do século XX, o que ocasionou as denominadas mudanças no mundo do trabalho, que se materializam com o desemprego estrutural, a flexibilização nas relações de trabalho, as estratégias empresariais, o trabalho precário e as demais refrações da crise de acumulação do capital.

Dessa forma, o objetivo principal foi a análise do trabalho subcontratado na indústria calçadista de Franca/SP. Lara (2005) considera que em cada ramo específico da produção as mudanças tiveram as suas singularidades, como também em cada particularidade nacional e regional, ressaltando que alguns traços são constitutivos da configuração universal do modo de vida capitalista.

Assim, em Franca, percebeu-se que as mudanças no mundo do trabalho no setor de calçados se sucederam com o aumento do trabalho terceirizado e domiciliar, o que deu margem ao que o autor considera como trabalho (in)visível na cadeia produtiva do calçado.

Lara (2005) pontua que o principal objetivo de sua pesquisa – análise das formas de trabalho subcontratado na indústria de calçados de Franca no processo de reestruturação produtiva – deve ser investigado tendo por princípios o entendimento do desenvolvimento histórico da indústria local, para só assim ser possível perceber como e quando as estratégias empresariais começaram e se tornaram significativas no processo de reestruturação produtiva da indústria de calçados de Franca.

Dessa forma, em sua dissertação, o autor realiza ampla discussão sobre o histórico da cidade de Franca e das formas de produção adotadas no processo de confecção do calçado.

Lara (2005) considera, em análise do trabalho subcontratado, que o processo de terceirização em conjunto com o trabalho em domicílio foram as estratégias mais utilizadas em larga escala, por representarem a redução significativa de custos da produção para o empresário; todavia, para o trabalhador significou a intensificação da era da precarização, com a perda dos direitos do trabalho, a entrada do processo de produção para dentro de sua residência e o papel de toda a família para a confecção do calçado.

Além disso, o processo de reestruturação produtiva e a busca incessante por redução de custos de produção dos empresários foram responsáveis também pela falência e saída de diversas empresas da cidade de Franca para outros estados, especialmente, os do Nordeste, por apresentarem mão de obra mais barata que a francana.

Lara (2005) conclui em seu trabalho que a relação de subcontratação desregulamenta totalmente o trabalho e a vida do trabalhador. A organização da produção que se realiza no ambiente doméstico é nas piores condições de trabalho (como demonstra o autor em fotos retiradas nos locais de trabalho). As bancas e os trabalhadores a domicílio geralmente não oferecem condições adequadas de trabalho, higiene, segurança e saúde.

Na pesquisa de campo, constatamos que a produção é organizada no ambiente domiciliar, na maioria dos casos, nas garagens ou nos fundos das casas, locais que não possuem meios de produção adequados e treinamento ao trabalhador, o que ocasiona diversos problemas, como acidentes e doenças do trabalho. O ambiente de trabalho é insalubre, a área de refeição fica ao lado, se não no mesmo lugar da área de pesponto, corte, costura e colagem. A realidade esmagadora das prestadoras de serviço em Franca é calamitosa. (LARA, 2005, p. 73)

Assim sendo, Lara (2005) finaliza seu estudo afirmando que percebe claramente que os trabalhadores e suas formas de organização coletiva foram atingidos pela crise que tem por princípio mais uma das épocas de extrema contradição do capital, crise de acumulação do capital. Reforça que a reestruturação produtiva foi um movimento muito adequado à lógica neoliberal, instituindo diversas reorganizações e mudanças na produção e consumo da riqueza.

Em relação ao trabalho apresentado e analisado, considera-se que Lara (2005) realiza ampla discussão sobre o mundo do trabalho, pontuando fatores diversos, de modo a situar o leitor a respeito da discussão elencada e contribuir de forma efetiva para a construção do conhecimento em Serviço Social sobre a linha Mundo do Trabalho.

No próximo estudo, apresentado por Guiraldelli (2006), **Ser negra na precariedade das relações de trabalho**, o autor objetiva suscitar algumas reflexões sobre as condições de vida, de trabalho e as estratégias de sobrevivência das mulheres negras que se encontram na informalidade em Franca/SP, com ênfase para o trabalho domiciliar.

Em sua pesquisa, o autor utiliza-se do método de história oral de vida, com o intuito de apreender a trama das relações sociais e a esfera da subjetividade das trabalhadoras.

Para Guiraldelli (2006), as condições de vida e de trabalho das trabalhadoras negras são degradantes e as estratégias de sobrevivência são inúmeras frente à necessidade de suprimento de suas carências básicas e dos familiares.

Para o autor, as mulheres negras são as mais propensas a comporem a esfera da informalidade, que tem como marca fundamental a clandestinidade e a precariedade.

Guiraldelli (2006) considera em sua pesquisa que prima que o Serviço Social possa apreender as singularidades desse segmento populacional que vivencia, no seu cotidiano, as desigualdades de gênero e de raça/etnia e, por isso, encontram-se segregados e marginalizados de diversos espaços sociais, reproduzindo os ciclos de miséria e exclusão. O referido autor entende que a atuação do Serviço Social pode pautar-se pela busca de políticas sociais públicas e ações que tragam para essa camada pauperizada da população.

Realizando a discussão de seu trabalho apresentando histórico sobre a cidade de Franca e a indústria de calçados, analisa com primazia a questão de gênero e raça/etnia à condição de trabalho informal a que estão submetidos seus sujeitos de pesquisa, com o intuito de tirar da invisibilidade essa população.

Guiraldelli (2006, p. 217) pontua que, ao refletir sobre a inserção da mulher negra na esfera da informalidade e partindo de análises realizadas e de estudos, afirma que as mulheres negras e também as brancas ainda ocupam determinados nichos no mercado de trabalho, perpetuando nas atividades consideradas exclusivas e naturalmente femininas. Portanto, mesmo em pleno século XXI “[...] a nossa sociedade ainda é a sociedade do patrão, do presidente, do prefeito e do diretor e sendo estes, majoritariamente, brancos.”

Guiraldelli (2006) retoma o Serviço Social afirmando-o como fruto do trabalho coletivo que atua diretamente com as expressões da questão social, as discussões das relações interétnicas e de gênero são imprescindíveis para o conhecimento do profissional, visto que são questões emergentes e que requerem ações efetivas para reduzir o fosso da desigualdade social existente.

Considera-se, portanto, que o maior objetivo do autor, além de conhecer uma realidade pouco explorada³⁴, como o universo das mulheres negras que se encontram na informalidade, com ênfase para o trabalho domiciliar em Franca/SP, foi o de suscitar no leitor novas reflexões e indagações sobre a problemática em evidência, contribuindo assim para o processo de construção do conhecimento da realidade em questão e a possibilidade de surgimento de novas pesquisas sobre a temática.

³⁴ Evidenciam-se poucos estudos que realizam interface entre a informalidade e a questão de gênero na indústria calçadista de Franca.

Guiraldelli (2006) propõe, por fim, em seu trabalho a criação de políticas públicas que sejam universalistas, fazendo com que a cidadania deixe de ser um mero simulacro e ganhe forma e legitimidade.

Pois, a essas mulheres, verifica-se falta de perspectivas futuras, observando que as problemáticas por elas vivenciadas são individualizadas e interiorizadas, perdendo de vista a dimensão global da realidade, onde as transformações gestadas no mundo do trabalho desencadearam a precariedade nas relações de produção e atingiram sobremaneira a esfera material e subjetiva da vida dessas mulheres, provocando rebatimentos e descrenças no que tange aos sonhos e utopias das mesmas.

A última dissertação analisada intitula-se **O tempo de trabalho e os demais tempos sociais**: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP, onde Braga (2009) apresentou como objetivo central estudar o cotidiano das mães de Franca que se submetem ao trabalho domiciliar através da costura manual de calçados.

Neste estudo, Braga (2009) pontua o setor calçadista como um espaço amplo para estudos sobre a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho mundialmente em curso, por apresentar modelos de intensas formas antigas de trabalho, como, por exemplo, o trabalho domiciliar, que é o foco do estudo.

Para tanto, a autora teve como sujeitos de sua pesquisa mães residentes na região norte e sul da cidade de Franca, regiões onde se encontram as maiores situações de vulnerabilidade social da cidade.

Discutiu-se sobre o tempo de trabalho, mais especificamente com relação ao tempo que é dedicado ao trabalho produtivo, e os demais tempos sociais, entendidos como os momentos de dedicação à saúde, à educação, à cultura, à convivência familiar e social, à participação política e comunitária.

Analisando o trabalho domiciliar, que é considerado pela autora como uma das formas mais precárias de trabalho no modo de produção capitalista, verifica-se que nele a mulher não abandona suas funções de socializadora dos filhos, trabalhadora doméstica e de esposa. Pois o trabalho domiciliar significa, para as mulheres, a possibilidade de conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo. Todavia, essas mulheres são subjugadas a diversas jornadas, sendo que, ao mesmo em tempo que costuram os sapatos, cuidam dos filhos e interrompem essa jornada superposta para iniciar a jornada de trabalhadora doméstica.

Podemos verificar que a composição do tempo para as mães que trabalham na costura manual é dada por uma jornada de trabalho heterogênea e densa, ora desempenhando trabalhos do lar, ora a costura manual de sapatos, ora os dois, concomitantemente. No fim de semana, a tendência é trabalhar ainda mais, ferindo-se o direito ao descanso semanal remunerado conquistado pelos trabalhadores. (BRAGA, 2009, p. 76).

Assim, o trabalho domiciliar se configura através de irregulares jornadas de trabalho, com limites determinados pelo volume total de tarefas que deverão ser cumpridas.

A participação de outros membros da família no trabalho da costura manual é muito comum, como se revela também nos depoimentos. Mesmo se sujeitando a altas jornadas de trabalho, as costureiras necessitam da cooperação da família para conseguir cumprir as tarefas, principalmente nos períodos de maior demanda, envolvendo adolescentes e crianças. Desse modo, prolonga-se o tempo de trabalho das mulheres, assim como se usurpa o tempo de indivíduos que também aparecem ligados indiretamente ao trabalho da costura manual em domicílio. (BRAGA, 2009, p. 71).

Braga (2009, p. 77) constata em seus estudos que há uma hegemonia do tempo de trabalho sobre os demais tempos sociais, pois as costureiras são obrigadas a trabalhar num ritmo intenso, a fim de satisfazerem suas necessidades básicas e a de sua família.

Verificamos que a costura manual realiza-se também em outros espaços diferentes do domicílio. O fácil transporte dos materiais necessários para o desempenho da costura manual deve ser considerado como um fator importante, que permite compatibilizar esse trabalho com outras atividades. Portanto, as mulheres costuram sapatos, sentadas nas calçadas, quando caminham pelas ruas, nas filas de espera dos postos de saúde, nas reuniões escolares dos filhos e nas reuniões dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). De tal modo, o tempo de trabalho está presente nas diversas (ou em todas) frações de tempo que compõem o cotidiano dessas mulheres.

Constata-se, portanto, que a exploração do trabalho produtivo existe e outros tempos sociais são, com dificuldades, conseguidos. Cuidados com a saúde, com a educação, com a cultura, com a participação política e comunitária ou outros tipos de convivência social e familiar são escassos num tempo conturbado, num tempo de vida caracterizado pela hegemonia do tempo de trabalho sob os demais.

Verifica-se que Braga (2009) utilizou-se dos estudos de Marx sobre a concepção de trabalho para fundamentar sua pesquisa, assim como apresenta de forma clara e sucinta a cidade de Franca e a indústria de calçados, focando seu estudo no trabalho informal, aqui caracterizado especificamente pela costura manual no domicílio.

Dessa forma, analisando os trabalhos apresentados nesse subitem, considera-se que, sob a reestruturação do capital, tem-se a instauração de novas formas de exploração e de dominação do trabalho por meio de novos meios de trabalho, novas formas de organização do processo de trabalho, novos contratos de trabalho, novos modos de disciplina do trabalho, marcando a redução do emprego regular, em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

É relevante pontuar que as dissertações aqui apresentadas possuem relação direta ao “dar voz” aos trabalhadores do calçado, de modo a entender a dinâmica da indústria calçadista e intensidade do processo de precarização, através dos relatos e das situações encontradas nas visitas de campo.

Conclui-se aqui as considerações pontuadas pelos autores acima apresentados a respeito das consequências sofridas pelos trabalhadores frente aos novos arranjos do setor produtivo, verificando o crescimento do desemprego, degradação das condições de trabalho diante do desmonte dos direitos trabalhistas, expansão da informalidade.

3.1.3 Mentalidades

Neste subitem são apresentadas as dissertações que tiveram como categoria *Mentalidade*. Dessa forma, conforme tabela exposta no item anterior, tem-se três dissertações, a saber:

- Ana Luiza Vilhena Pizzo. **A Mentalidade do empresário calçadista francano**: existe espaço para o Serviço Social? Defendida no ano de 1999.
- André Ramos Carloni. **Mentalidade Empresarial**: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem. Defendida no ano de 2006.
- Denise Gisele Silva Costa. **Mentalidades**: desafios para o Serviço Social e para o Sapato Francano. Defendida no ano de 2007.

Analisando cada uma das dissertações verifica-se que no trabalho intitulado **A Mentalidade do empresário calçadista francano**: existe espaço para o Serviço Social?, tem-se o objetivo de realizar um estudo sobre a mentalidade do empresário calçadista francano de 1990 a 1999 e sua relação com o social.

Em resumo, a autora busca investigar as causas da diminuição do campo de trabalho do Serviço Social nas empresas calçadistas em Franca/SP, tentando elucidar os motivos através do perfil do empresário do calçado e das mudanças ocorridas com a atuação do

Serviço Social que incidiram na saída significativa de grande parcela de assistentes sociais das empresas.

Foram constatados que, durante a década de 1980, o Serviço Social tinha 21 assistentes sociais atuando nas empresas calçadistas e de componentes para indústrias de calçados, sendo a participação do Serviço Social bastante atuante, contando no ano de 1984 com a criação de um grupo denominado Grupo de Assistentes Sociais de Empresas de Franca (GASEF), do qual Pizzo (1999) fazia parte³⁵. Todavia, o supracitado grupo funcionou somente até 1992³⁶.

Dessa forma, para tentar entender e identificar as causas do esvaziamento profissional na atuação do Serviço Social nas empresas calçadistas francanas, a autora se propôs a realizar estudo da mentalidade do empresário calçadista francano, considerando o período de 1970 até o primeiro semestre de 1999.

Ou seja, para estudo da mentalidade do empresário calçadista francano, foi necessário a Pizzo (1999) que realizasse também estudo sobre a dinâmica da indústria calçadista e o histórico da cidade de Franca, pois são fatores intrinsecamente relacionados, como pontuado no início deste trabalho.

Pizzo (1999) pontua cinco possíveis causas para a diminuição da atuação do Serviço Social nas empresas calçadistas.

A primeira refere-se ao corte de gastos realizado pelas empresas, cujo alvo foi a área de Recursos Humanos. Assim, não somente os assistentes sociais foram demitidos, mas também psicólogos, engenheiros, coordenadores de treinamento, administradores, entendendo que “[...] a área de Recursos Humanos não agrega valor ao seu produto.” (PIZZO, 1999, p. 100).

A segunda causa refere-se ao fato de os assistentes sociais (na visão do empresário) não terem feito um trabalho adequado com os funcionários para que eles valorizassem a empresa tanto quanto o empresário gostaria. Nesse sentido, Pizzo (1999, p. 100) ressalta que

[...] o empresário tinha uma visão paternalista, esperando que o assistente social conseguisse resolver todos os problemas, e ainda vendesse uma imagem positiva da empresa, mostrando que a empresa através do Serviço Social, se preocupava com o trabalhador, cuidava dele, e com isto ele não precisaria recorrer a outros órgãos nem mesmo aos Sindicatos, pois a empresa estaria fazendo o melhor para ele.

³⁵ Tal informação nos remete à consideração de que a pesquisa não é algo que se realiza sem motivos aparentes, mas com objetivos e intencionalidades.

³⁶ Dados apresentados pela autora Ana Luíza Vilhena Pizzo no trabalho em estudo.

A terceira causa enumerada foi que o Serviço Social não realizou um trabalho importante. Afirma que “[...] o Serviço Social não conseguiu colocar em prática os pressupostos teóricos nem mesmo entender o que a empresa esperava do seu trabalho, colocando-se numa posição de pouco destaque, não sendo com isso capaz de sensibilizar o empresário.” (PIZZO, 1999, p. 100).

A quarta causa expressa que o Serviço Social provocava a sensação que trazia problemas que não eram de responsabilidade do empresário, e sim do Estado.

Muitas vezes, o assistente social, na ânsia de resolver todos os problemas apresentados pelos trabalhadores e sem poder contar com a ajuda do Estado, que cada vez mais se esquivava de responsabilidades básicas nas áreas principalmente de saúde, educação, leva para a empresa os problemas encontrados, na expectativa de que o empresário possa assumir aquela responsabilidade. (PIZZO, 1999, p. 101).

A quinta e última causa apontada por Pizzo (1999) refere-se a que o assistente social não tinha o perfil adequado à filosofia da empresa.

A respeito da pergunta inicial do trabalho: “existe espaço para o Serviço Social?”, a autora responde que o espaço existe, embora configurado de uma forma diferenciada, sendo necessários ao Serviço Social novos desafios teóricos e práticos, onde certamente devem prevalecer a busca do conhecimento e habilidades para o enfrentamento do novo mundo do trabalho.

A seguir, a segunda dissertação: **Mentalidade Empresarial**: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem.

Nesse trabalho, Carloni (2006) discute essencialmente os traços da mentalidade dos empresários, realizando pesquisa com um empresário de cada porte da indústria (grande, médio e pequeno) por mais tempo no ramo.

O autor apresenta em seu trabalho aproximações ao entendimento da categoria Mentalidades com o intuito de subsidiar a discussão proposta.

Segundo Carloni (2006, p. 12)

[...] para se conceituar mentalidade, deve-se entendê-la em um patamar individual, onde as características são pessoais, porém formadas no social, em um conjunto de interação e trocas com outros indivíduos, isto é, no conceito uno-múltiplo de um ser humano. Já que as pessoas estão inseridas em várias estruturas sociais que, por sua vez, determinam padrões individualizados de comportamento.

O autor reforça ainda que a definição de mentalidade configura-se como difícil tarefa por abarcar diversas áreas do conhecimento e orbitar pela esfera da subjetividade humana, seja na escolha de conceituações que serão explanadas ao longo desta dissertação ou na tentativa de sua interpretação singular. O corpus teórico compilado na construção de trabalhos desta natureza traz referenciais e vieses que representam uma tênue linha entre o imaginário e o concreto.

A mentalidade apresenta um teor fundamentalmente estrutural, agindo nos vários fatores de uma coletividade. Seu estudo visa explorar e entender as grandes mudanças em uma perspectiva temporal, apresentadas no comportamento, nas ações, no pensamento e no modo de vida das pessoas. Essas alterações trazem consequências em vários âmbitos, como na política, economia, cultura, arte, religião e na cognição. As influências ocorrem nos mais diferentes segmentos da sociedade, das ciências e das artes.

Para tanto, o autor afirma que procurou a práxis, ou seja, para se confirmar o que foi estudado, foi feita a pesquisa de campo para cotejar a prática, o objeto de estudo em lócus, e as teorias clássicas dos livros.

Nessa perspectiva, Carloni (2006, p. 14) objetiva desvelar fatores de influência da mentalidade, em um contexto sócio-histórico, daqueles que organizam, gerenciam e administram a categoria trabalho, no cenário da indústria calçadista de Franca-SP, tanto nos segmentos de grande, médio porte quanto nos de pequena empresas, concernente aos rebatimentos da mentalidade acima descrita em relação à inclusão e promoção sociais desses trabalhadores.

Para Carloni (2006), um dos empecilhos em relação à mentalidade empresarial quanto aos trabalhadores refere-se a que os empresários não investem em capitais necessários ao crescimento dos trabalhadores. “Entendendo capital, já estudado anteriormente, como forma de incrementar o ser humano enquanto sujeito social, permitindo, assim, seu pleno desenvolvimento, e não apenas o desenvolvimento da perspectiva do humano enquanto profissional.” (CARLONI, 2006, p. 71).

O que se verifica na realidade em questão é que o investimento no capital humano é delegado a outros setores. “O capital social muitas vezes é delegado a membros da família, persistindo o assistencialismo. Nenhum tipo de investimento no capital intelectual ou cultural é proposto.” (CARLONI, 2006, p. 69).

Assim sendo, o autor constata que o ambiente industrial do polo calçadista de Franca é modificado, sobretudo, entre os anos de 1990 a 1997, em função da crise que se abateu sobre o setor, estimulando a propagação de pequenas empresas como alternativa daqueles que

perderam seus postos de trabalho devido às transformações econômicas que expuseram estruturas sociais e produtivas às necessidades de repensar o arcabouço tecnológico gerencial.

“No contato com essas organizações, observou-se que as dificuldades na mudança eram ainda maiores, ou seja, aspectos de mentalidade acabam impondo gravames para o estabelecimento de estratégias sociais nas empresas.” (CARLONI, 2006, p. 13).

O autor ressalta que a mentalidade do empresário francano sobre a responsabilidade social ainda é forte e marcada não apenas pelo caráter assistencialista, mas, a priori, por suas convicções de doutrinas religiosas, entre elas a católica e a espírita.

Carloni (2006) utiliza Engler (1995), como respaldo de seu estudo, que refere que a mentalidade do empresário do pólo calçadista francano prima por uma cultura familiar e filosofia empresarial tradicional. Em sua pesquisa de campo, o autor constata que “[...] todos os empresários pesquisados tiveram acesso à fábrica desde muito cedo, na adolescência. Incentivados pelos pais, trabalharam e fizeram sua escalada nas fábricas, muitas vezes, realizando o próprio trabalho manual.” (CARLONI, 2006, p. 62).

Foi partindo da premissa apresentada por Engler e do perfil familiar que Carloni (2006) inicia suas inquietações sobre a mentalidade do empresário calçadista francano, questionando se esse perfil, ainda hoje, prevaleceria na realidade em estudo.

Para tanto, deve-se, então, lembrar que todas as relevâncias e considerações da pesquisa, dizem respeito ao ser social. Enfoca-se o trabalho no setor calçadista de Franca-SP para uma real compreensão deste movimento inserido na dinâmica, pois para atender o pressuposto, parte-se da análise complexa de situações concretas, inclusive de mentalidades que marcam e/ou caracterizam a realidade determinada por esse segmento da sociedade local, e que não está desarticulada da totalidade vivenciada pela sociedade nacional – investimentos e incentivos governamentais – e global – neoliberalismo e globalização. (CARLONI, 2006, p. 17).

De modo geral, em suas considerações, Carloni (2006) pontua que a mentalidade do empresário ainda guarda os principais traços estruturais da mentalidade de origem, tendo hoje uma continuidade, embora ocorridas mutações circunstanciais, os componentes básicos da mentalidade originária nunca deixaram de existir, mesmo que com outra roupagem.

Constata-se no estudo analítico da supracitada dissertação que Carloni (2006) pretendeu, através do contato (entrevistas semi-estruturada, através do método de História Oral), conhecer aspectos profundos sobre os empresários, seus pontos de vista sobre a indústria calçadista, os motivos que os levaram a entrar no ramo e como se dá a relação com os trabalhadores sua promoção social.

Carlioni (2006) pontua durante todo o seu trabalho o caráter histórico da indústria calçadista, com o intuito de fazer uma interlocução entre sua emergência e as condições atuais, assim como o aporte teórico de diversos autores para embasamento de seu trabalho.

Por fim, a última dissertação com discussão a respeito da categoria em estudo é a intitulada **Mentalidades**: desafios para o Serviço Social e para o Sapato Francano, onde Costa (2007) analisa a mentalidade dos empresários calçadistas³⁷, das pequenas e microempresas, para apreender novas possibilidades de atuação para o Serviço Social. Pontua que as micro e pequenas empresas representam 90% das indústrias do setor calçadista, empregando cerca de 78,5% dos trabalhadores.

Constata-se que o perfil do empresário da micro e pequena empresa, segundo a autora, nada tem a ver com o perfil predominante do empresário do cenário capitalista mundial, pois, dos sujeitos pesquisados no referido trabalho, pontua que 100% deles eram ex-funcionários de outras empresas, apresentando assim fortes traços de operários. E constituíram as empresas com ênfase na sua sobrevivência e na de sua família. Esses empresários possuem, segundo a autora, um perfil ainda híbrido, decorrente da rapidez das transformações; ou seja, apresentam-se sujeitos nem operários, nem empresários, talvez empreendedores, sobreviventes ou mesmo artistas, apenas Homens do Sapato. (COSTA, 2007).

A discussão sobre o mundo do trabalho, o processo de reestruturação produtiva e apresentação sobre o histórico da cidade de Franca pela autora foram essenciais para a discussão da temática, pois reforça que o empresário sujeito de sua pesquisa sofreu todos os rebatimentos possíveis do perfil de indústria apresentada na cidade e as consequências do processo de reestruturação produtiva, assim como que o Serviço Social, em decorrência de suas transmutações internas, também passou por diversas mudanças, em decorrência do perfil profissional e das necessidades apresentadas pelos empresários para contratação do Assistente Social, fator decorrente para a diminuição de assistentes sociais atendendo junto às empresas.

Costa (2007) pontua fatores sobre o histórico do Serviço Social com o objetivo de entender e justificar a condição atual do Serviço Social junto às empresas calçadistas.

Para a autora, o Movimento de Reconceituação

[...] trouxe modificações de suma importância para o amadurecimento do Serviço Social enquanto profissão interventiva e propositiva. No entanto, alguns traços de cunho ideológico foram incorporados de forma radical pelos

³⁷A autora refere-se aos empresários calçadistas como colaboradores, para estabelecer uma relação de compromisso entre as partes, e o termo Sapato ao invés de Calçados, como é comumente utilizado, por intencional apresentar um aspecto mais próximo da realidade vivenciada, criando um “ar” provinciano, artesanal, remetendo ao trabalho realizado nas oficinas e pequenas estruturas produtivas.

assistentes sociais, prejudicando a sua prática em determinados campos, em especial àqueles que se colocavam diretamente no embate capital X trabalho, dentre eles a empresa. (COSTA, 2007, p. 18).

Dessa forma, para o melhor entendimento de como foi forjada a mentalidade do Serviço Social, Costa (2007) considera que se fez necessário uma análise dos fatores mais relevantes para a instituição dessa profissão. Desse modo, a autora apresenta dados históricos sobre a institucionalização do Serviço Social, como se deu a inserção do Assistente Social dentro das empresas e como se desenvolve a prática profissional no espaço em questão. A autora reforça ainda que

[...] a realização de pesquisas, levantamentos de necessidades e diagnóstico organizacional também faz parte da metodologia básica do Serviço Social, uma vez que o seu primeiro momento é o de reconhecimento da realidade que deve ser registrado e periodicamente atualizado, em função das mudanças geradas pela própria ação profissional ou advindos de outros fatores. (COSTA, 2007, p. 96).

Costa (2007) entende que o assistente social de empresa “deve ser um agente de valorização do funcionário, tendo como objetivo planejar uma política humana na organização, assim como trabalhar preventivamente visando a educação e desenvolvimento do empregado, para que os trabalhadores possam participar dos benefícios e não apenas utilizá-los.

Refere ainda que por não haver uma preocupação voltada à formação do assistente social de empresa por parte de cursos de graduação e pós-graduação, como também pela complexidade da prática nesse campo, o profissional busca seu desenvolvimento participando de intercâmbios com colegas que atuam na mesma área, leituras técnicas, treinamentos e em cursos de extensão em áreas afins com administração de Recursos Humanos, Administração de benefícios, Segurança do Trabalho”, mas considera que deveria partir do próprio Serviço Social e educação continuada nesse âmbito, de modo a fortalecer e embasar a prática profissional do Assistente Social e contribuir para a construção da produção do conhecimento na área.³⁸

³⁸ Verifica-se que, somente durante a década de 1980, com a expansão do número de empresas, consequentemente abrindo campo de atuação para o Assistente Social, é que houve a criação de um Grupo de Assistentes Sociais – Grupo de Estudo de Serviço Social do Trabalho (GESSOT), coordenado pelo Prof. Dr. José Walter Canoas da UNESP – Franca, “[...] onde o objetivo era a contribuição para a expansão do Serviço Social de empresa na cidade, bem como para uma reflexão e análise da prática profissional, tendo sua duração de Agosto/1981 a Agosto/1986”. (COSTA, 2007, p. 97).

Costa (2007) concorda com Engler (1995) quando afirma que houve uma cristalização na atuação do profissional e sinaliza que tal fato ocorreu pela incapacidade do assistente social em acompanhar e entender o processo, não tendo, portanto, habilidade em visualizar as sucessivas aberturas e oportunidades que foram surgindo no decorrer do processo histórico.

Vale ressaltar, na análise desse trabalho, que Costa (2007) também pauta-se no entendimento da mentalidade e conhecimento do perfil do empresário calçadista francano para subsidiar sua discussão a respeito da diminuição de postos de trabalho para o Serviço Social na indústria calçadista. Embora a autora avance ao contextualizar o Serviço Social na realidade em questão, considera-se necessário entender que a temática apresenta ainda muitos pontos a serem discutidos na universidade, que subsidiem a atuação do Assistente Social na realidade em questão, entendendo que tanto o Serviço Social como a cadeia produtiva do calçado encontram-se em processo de transmutação decorrentes das transformações intensas ocorridas nos últimos anos do século XX, ainda perpetuadas nos anos iniciais do século XXI.

Dessa forma, considera-se de suma importância que pesquisas sobre a temática continuem a ser realizadas e que se fortaleça a interlocução entre os autores.

Realizando breve interlocução entre os trabalhos pontuados aqui na Categoria Mentalidades, verifica-se que possuem relação direta entre si, principalmente pelos autores valerem-se das falas dos empresários com o intuito de compreenderem traços de mentalidade que possam ter consequências diretas nas decisões ocorridas na cadeia produtiva do calçado.

Pizzo (1999) e Costa (2007) remetem suas discussões diretamente à condição do Assistente Social na realidade em questão, já Carloni (2006) pontua fatores relacionados ao perfil do empresário, de modo a entender suas propostas junto à classe trabalhadora com o viés de inclusão social, sendo que em determinados momentos o autor utiliza-se do termo Responsabilidade Social para aferir suas ideias.

Vale ressaltar que as três dissertações remetem ainda ao perfil do empresário ao reforçar a ascensão de ex-operários à condição de empresários do calçado, assim como o caráter familiar das empresas.

Tais pesquisas contribuem a seu modo para a discussão sobre o processo de construção do conhecimento em Serviço Social e linha Mundo do Trabalho e que servem de subsídios para diversas outras pesquisas que possam ser produzidas, pois muitos de seus dados remetem a fatos ainda presentes na dinâmica da indústria calçadista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se importante frisar que a temática que foi discutida durante esta dissertação está em constante processo de transmutação, verificando especialmente que, mesmo numa temporalidade de estudo de dez anos (1999 a 2009), as mudanças ocorridas nesse período tiveram intrínsecas relações entre elas e continuam em processo de transformação constante.

Analisar o trabalho domiciliar feminino da mulher negra por Guiraldelli (2006) remete diretamente ao tempo de trabalho e aos demais tempos sociais de mães que costuram sapatos em Franca, pois o que se verificou, no estudo dessas dissertações, é que o caráter desregulamentar do trabalho domiciliar torna não apenas difícil de quantificar o número de trabalhadoras, mas, fundamentalmente, de descobrir qual é o real tempo de trabalho dedicado a esse tipo de contratação, assim como as condições de vida, trabalho e as estratégias de sobrevivência adotadas por essa parcela trabalhadora que enfrenta constantemente diversos papéis sociais, sem nem mesmo sair do espaço físico de sua residência – ali mesmo são mães, costureiras, donas de casa, esposas.

Os elementos fornecidos por tais bases de dados (dissertações) nos permitiram trabalhar com informações consistentes acerca da temática do mundo do trabalho e suas nuances, entendendo que o tema não se esgota em si mesmo e abarca diversos entendimentos entre os estudiosos, propondo, assim, tornar este trabalho como uma fonte para os grupos que tenham como temática o estudo do mundo do trabalho. Aqui apresenta-se a realidade da indústria calçadista de Franca, mas sabe-se que as transmutações ocorridas no mundo do trabalho têm sido intensas em diversos setores.

Diante do exposto, julga-se possível criar, com a realização da pesquisa, uma base de dados analítica do que vem sendo produzido sobre o tema mundo do trabalho de acordo com as categorias de análise elencadas e que apresentam de certa forma como está o nível de produção do conhecimento do único programa de pós-graduação em Serviço Social público do Estado de São Paulo. Bem assim, socializar no universo da produção científica do Serviço Social trabalhos pertinentes aos estudos sobre o mundo do trabalho.

O ambiente industrial do polo calçadista de Franca foi modificado, sobretudo entre os anos de 1990 a 1997, em função da crise que se rebateu sobre o setor, estimulando a propagação de pequenas empresas como alternativa daqueles que perderam seus postos de

trabalho devido às transformações econômicas que expuseram estruturas sociais e produtivas às necessidades de repensar o arcabouço tecnológico gerencial.

Nesse ínterim, há os trabalhos produzidos por Carloni (2006) e Costa (2007), que objetivaram estudar a mentalidades desses empresários que apresentam fortes traços de operários, onde, na realidade de estudo de Costa (2007), 100% dos sujeitos pesquisados, empresários de indústrias de calçados de micro e pequeno porte em Franca, eram operários, ex-funcionários de outras empresas, tendo montado as indústrias como meio de sua sobrevivência e de sua família.

Já Pizzo (1999) retoma o papel do Serviço Social dentro dessa realidade, analisando a mentalidade do empresário calçadista francano para entender e identificar as causas do esvaziamento profissional na atuação do Serviço Social nas empresas francanas. Considera que há sim espaço para o Serviço Social, porém são necessários novos desafios teóricos e práticos para a atuação profissional, de forma que seja capaz de alterar a mentalidade assistencialista do empresário calçadista francano, como reforça Carloni (2006).

Conclui-se que as relações e condições de trabalho em Franca movimentam-se conforme a tendência constante do capital, deteriorando a força produtiva, pois o setor calçadista não apresenta inovações tecnológicas significantes e no trabalho subcontratado os meios de produção são antigos e ultrapassados, além da indústria apresentar grande dependência de políticas de incentivo por parte dos governos.

Considera-se importante que novas pesquisas sejam realizadas na universidade, como propõe Guiraldelli (2006), com o intuito de dar voz e ouvido aos trabalhadores que se encontram imersos nas transformações constantes do mundo do trabalho.

Com este trabalho, afirma-se que a reestruturação produtiva ocasionou e está ocasionando uma degradação salarial, intensificação da jornada de trabalho, aumento do desemprego, com sérias consequências para suas condições de vida (material, física e psicológica) e trabalho, remetendo não a um “novo” mundo do trabalho, mas ao mesmo com novas roupagens, com novas formas de aviltamento das condições dos trabalhadores e com propostas mais acentuadas de exploração. “O ‘novo’ nada mais é do que reconduzir o trabalhador para as condições sociais da Europa Ocidental do século XIX.” (BRAGA, 2009, p. 28).

Assim, a importância do estudo da linha de pesquisa mundo do trabalho pelo Serviço Social é considerada como uma conquista relativamente recente, porém condizente com as transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no contexto da reestruturação produtiva e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista.

Portanto, o foco das dissertações, especialmente nas relações e processos de trabalho, demonstra a preocupação dos profissionais assistentes sociais no estudo da realidade dos trabalhadores do calçado e, por mais que a atuação do Serviço Social diretamente na dinâmica da indústria calçadista “ocupando cargos dentro das empresas de calçado” tenha diminuído consideravelmente nos últimos anos, como bem pontua os trabalhos de Pizzo (1999) e Costa (2007), os diversos trabalhos acadêmicos pontuam, analisam e propõem considerações a respeito das condições dos trabalhadores da cadeia produtiva do calçado, apresentando uma análise além do Serviço Social, inserindo os trabalhadores na dinâmica da vida societária e reforçando o papel do Serviço Social na atuação junto a essas camadas através da realização e socialização de pesquisas na área, com o intuito de chamar a atenção para as condições dos sapateiros. Todavia, verifica-se que muitas pesquisas ainda carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica:** documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Brasília, DF, 2009.
- ADMINISTRADORES SEM FRONTEIRA. **Frederick Winslow Taylor (1856-1917).** Disponível em: <http://www.admsf.adm.br/noticias_visualiza.asp?id=62>. Acesso em: 7 nov. 2010.
- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **O serviço social no Brasil:** das origens à Araxá. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 1982.
- ALMEIDA, Luciane Pinho de. **Do lar para o trabalho.** 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.
- ALVES, Giovanni. **O novo e (precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARIÉS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org.) **A história nova:** sob nova direção. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARBOSA, Agnaldo Souza. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico:** empreendedores, ideologia e capital na indústria dos calçados (Franca 1920 – 1990). 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOSI, Éclea. **Cultura de massa e cultura popular:** leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRAGA, Alice Morais. **O tempo de trabalho e os demais tempos sociais:** realidade das mãos que costuram sapatos em Franca/SP. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.
- BRITO, Gustavo. **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil:** em estudo dos coeficientes de comércio. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- CADERNOS ABESS. **A produção do conhecimento e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, n. 5, 1992. 136 p.

CADERNOS ABESS. **Produção científica e formação profissional**. São Paulo: Cortez, n. 6, 1993. 196 p.

_____. **Formação profissional: trajetórias e desafios**. São Paulo: Cortez, n. 7, 1997. 168 p.

_____. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998. 117 p.

CAMPANHOL, Edna Maria. **As Reações socioeconômicas em Franca em face do processo de globalização**. 2000. 308 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

CANÔAS, José Walter. **A reestruturação produtiva em Franca: os sindicatos em movimento**. Franca: Ed. UNESP, 2002.

_____. (Org.) **Nas pegadas dos sapateiros: 65 anos do STIC – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados**. Franca: UNESP, 2007.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2007 – 2009 Trienal 2010: Serviço Social**. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVI%C3%87O-SOCIAL-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-jan11.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

CARLONI, André Ramos. **Mentalidade empresarial: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem**. 2006. 84 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, p. 17- 42, 1986.

_____. O desafio contemporâneo de fazer ciência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 33, p. 67-81, ago. 1990.

_____. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, p. 43-66, 1992.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASEMIRO FILHO, Maurilo. **Trabalho infantil**. 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar? trabalho feminino e globalização**. 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, Helena (Org.) **Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1994.

COSTA, Denise Gisele Silva. **Mentalidades: desafio para o Serviço Social e para o sapato francano**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2007.

ENGLER, Helen Barbosa. Raiz. **Serviço Social de empresa: um instrumento a serviço da filosofia empresarial?** 1995. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo, 1999.

FARINELLI, Marta Regina. **A relação entre trabalho e educação nas indústrias de calçados de Franca/SP**. 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

FREDERICO, Celso. Classes e lutas sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

FREITAS, Raquel de. **O trabalhador desempregado diante do caos e do sofrimento psíquico: o despertar do avesso**. 2000. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. (Org.). **Política social e Serviço Social**. Aracaju: Ed. UFS, 2009.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1987.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Ser negra na precariedade das relações de trabalho**. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JOSÉ FILHO, Mario. A produção do conhecimento em Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, ano 7-8, n. 7-8, p. 1-18, dez. 2009.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: alguns avanços e tendências (1975 – 1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 33-77, 1998.

LARA, Ricardo. **As determinações do trabalho (in)visível**. 2005. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. 2008. 218 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetivos**. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. (Org.). **A história nova: sob nova direção**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Maria Helvira Arantes Andrade Hansen. **O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca/SP**. 1999. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, L. 1.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 155, dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2010.

MELANDER FILHO, Eduardo. A cultura segundo Edward B. Tylor e Franz Boas. **Gazeta de Interlagos**, São Paulo, 13 mar. 2009 a 26 mar. 2009. História, p. 2.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: dados: São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35>. Acesso em: 2010.

NUÑEZ, Leda Mara Bertoloto. **Centralidade do trabalho**: reflexões sobre o seu significado na velhice. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIZZO, Ana Luiza Vilhena. **A mentalidade do empresário calçadista francano**: existe espaço para o Serviço Social? 1999. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

POCHMANN, Marcio. O novo mundo do trabalho, o trabalho no novo mundo. Entrevistador: Álvaro Kassab. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. 354, 9 a 15 abr. 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/abril2007/ju354pag06.html>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SANTOS, Débora Duarte; SANTOS, Josiane Soares. A constituição do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro: considerações sobre o teor da sua produção bibliográfica. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. (Org.). **Política social e Serviço Social**. Aracaju: Ed. UFS, 2009.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Cíntia Aparecida da Silva. **O Cluster Calçadista francano após a abertura comercial de 1990**: impactos, impasses e reflexos para os trabalhadores. 2007. 147 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATO, Ivete. Os desafios da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2004, Porto Alegre. **Anais** Porto Alegre, 2004. (Conferência proferida).

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios invisíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitalismo no interior:** Franca e a história da indústria coureira-calçadista (1860-1945) Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

TYLOR, Edward. **Cultura primitiva.** New York: J.P. Sons.1 de Putnam, 1920.

UNESP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Pós-graduação:** Serviço Social: apresentação/histórico. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/interno-poss-apresentacao.php>>. Acesso em: 9 out. 2010.

_____. Resolução Unesp n. 37, de 14 de setembro de 2010. Altera a alínea “a” do inciso VI do artigo 11 do Estatuto da Unesp. **Diário Oficial do Estado de São Paulo:** Poder Executivo, 15 set. 2010. Seção 1, p. 82.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.